

Sumário

Número de notícias: 62 | Número de veículos: 54

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco não consegue medir todos regimes especiais, diz Barreirinhas..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo piora projeção de déficit primário de 2023 em R\$ 36 bilhões..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novo bloqueio e déficit fiscal maior..... 9

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo faz novo bloqueio e eleva projeção de déficit..... 10

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo aumenta previsão de déficit..... 11

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Previsão de déficit sobe para R\$ 203,4 bilhões..... 12

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
ECONOMIA

Previsão de déficit em 2023 sobe para R\$ 203,4 bilhões..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equilíbrio fiscal é "desafiador", dizem economistas..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem acordo, líderes da Câmara adiam decisão sobre vetos..... 16

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula tem até hoje para decidir sobre desoneração..... 17

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Lula tem até hoje para decidir sobre desoneração; eventual veto deve ser derrubado pelo Congresso..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Decisão sobre desoneração deve ser comunicada hoje..... 21

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo aposta no Senado para manter vetos de Lula a trechos do arcabouço..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prefeituras podem ir à Justiça em busca de R\$ 2 bi..... 24

Quinta-Feira, 23 de Novembro de 2023

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas devem regularizar dívidas junto à Receita..... 26

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal abre hoje consulta ao lote residual de restituição deste mês..... 27

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consulta a lote residual do IR..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

13º para aliviar dívidas e turbinar a economia..... 29

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário: saiba quem tem direito e como calcular o valor do benefício..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

População do DF vai usar 13º para aliviar dívidas e turbinar a economia..... 32

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo nas contas de 2023 vai a R\$ 177,4 bilhões..... 34

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
ECONOMIA

Contas públicas: governo sobe previsão de rombo..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Rombo fiscal de 2023 alcança R\$ 177,4 bi..... 37

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve fechar o ano com rombo de R\$ 177 bi..... 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Taxação de fundos e "bets" avança no Senado..... 40

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comissão do Senado aprova taxaçoão de fundos exclusivos..... 42

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comissão do Senado aprova taxaçoão de super-ricos e offshores..... 43

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5..... 44

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Calendário de pagamento já está disponível..... 46

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Calendário INSS de novembro: veja datas de pagamento da aposentadoria..... 47

Quinta-Feira, 23 de Novembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Juro do consignado do INSS 48

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Nova redução nos juros do consignado 49

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Promessa de liberar benefício em 30 dias 50

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera valores atrasados 51

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: pedidos de benefícios devem ser atendidos em até 30 dias em 2024 52

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

STF retoma julgamento da revisão da vida toda do INSS no plenário virtual (Previdência)
..... 53

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Mudança na pensão por morte pode ser revista 55

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Fim de semana de mutirões 57

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio-reclusão: veja valores, requisitos e como solicitar 58

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Nova contratação de jovens e cinquentões 59

AQUI - DF - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Sinais negativos 61

A TARDE - SALVADOR - BA - SALVADOR
SERVIDOR PÚBLICO

Lei que veda contratação de condenados por racismo é publicada no Diário Oficial 62

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alegando perda com reforma, 6 Estados aumentam ICMS 64

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator nega decisão de mudar reforma tributária 65

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma não justifica alta de ICMS, diz governo federal 66

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma não contribui na alta do ICMS 67

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alta de ICMS contrapõe estados e governo federal 68

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota única seria solução inadequada para IVA, diz Aloisio Araújo 69

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Grupo sonega R\$61 milhões de impostos 72

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo bloqueia mais R\$ 1,1 bilhão 73

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Incentivos fiscais e o impacto econômico (Artigo) 75

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Investir em educação fortalece a economia (Editorial) 76

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Investimento em ensino técnico faria PIB do País subir até 2,3%, diz estudo 77

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

"Estamos desperdiçando a juventude do País" 78

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rombo de R\$ 61 mi nos cofres 79

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Dívida pública terá decréscimo, aponta IFI 80

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas já veem risco de recessão técnica no 2º semestre 81

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Economistas alertam para quadro de mais inflação 83

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Previdência atrai R\$ 12,7 bi em ano de saques em fundos 85

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Risco fiscal impõe limite a tom positivo dos mercados 88

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros elevados no exterior afetam a Selic 89

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Milei promete cortar gasto equivalente a 15% do PIB 91

Quinta-Feira, 23 de Novembro de 2023

Fisco não consegue medir todos regimes especiais, diz Barreirinhas

Lu Aiko Otta

O Estado brasileiro está perdendo controle sobre sua arrecadação por causa dos inúmeros regimes especiais de tributação, disse o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. Segundo ele, há mais de 200 regimes especiais de tributação, alguns dos quais de difícil mensuração.

A Receita, disse ele, consegue mapear os maiores programas. No entanto, há regimes tributários especiais que resultam em renúncias na casa das centenas de milhões, mas não são totalmente medidos.

Segundo o secretário, esses regimes especiais aumentaram durante a vigência do teto de gastos. A **reforma tributária**, disse Barreirinhas, vai ajudar na retomada desse controle, mas outras medidas são necessárias.

A erosão das bases tributárias não é problema só no Brasil, comentou. É um tema discutido no mundo inteiro: como as grandes corporações têm mais condições de erodir a base tributária. Esse será um debate importante na presidência brasileira no G-20, informou. "Não é um governo de esquerda dizendo isso, é o mundo." O Brasil está muito envolvido nas discussões do "base erosion and profit shifting", lideradas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que vem medidas de planejamento tributário, informou. Citou como exemplo o Pilar 2, que estabelece uma tributação mínima mundial de 15% nas grandes corporações.

Ele explicou que, embora a carga sobre as empresas no Brasil seja de 34%, na prática ela é muito menor. A tributação cai por causa de uma série de "brechas". Não ocorre só aqui, disse.

Barreirinhas citou o caso das subvenções de **tributos** estaduais que afetam a arrecadação federal. Benefícios da guerra fiscal estadual serão lançados pelas empresas na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL), reduzindo sua base em cerca de R\$ 200 bilhões este ano, na estimativa da Receita. A perda estimada é de R\$ 70 bilhões. O governo tenta estancar essa perda com a Medida Provisória (MP)

1.185, em análise no Congresso Nacional.

Segundo o secretário, o abatimento é feito por cerca de 7.000 empresas. Dois terços da perda de receitas estão concentrados em 500 companhias, informou. Com isso, essas empresas ganham condições de competitividade que inviabiliza a atuação de outras empresas do setor.

De acordo com Barreirinhas, essa e outras propostas apresentadas pelo governo ao Congresso buscam restaurar a base de arrecadação do governo federal e promover a justiça fiscal.

O secretário defendeu uma rediscussão dos limites do sigilo fiscal e o compartilhamento de informações entre fiscos. São temas em discussão no mundo inteiro, segundo ele.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187720?page=1§ion=1>

Governo piora projeção de déficit primário de 2023 em R\$ 36 bilhões

Jéssica Sant'Ana Guilherme Pimenta

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento pioraram a previsão de resultado para as contas públicas deste ano, e agora calculam que o governo central deve encerrar o ano com um déficit primário de R\$ 177,4 bilhões, valor R\$ 35,9 bilhões superior à estimativa anterior, feita em setembro. O resultado, se confirmado, representaria um déficit de 1,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), percentual cada vez mais distante do prometido rombo de, no máximo, 1 % do **PIB**.

Os valores, contudo, são levando em consideração a metodologia de cálculo "acima da linha", usada pelo Tesouro Nacional. Pela metodologia "abaixo da linha", usada pelo Banco Central para de fato aferir a meta fiscal, a projeção de déficit foi para R\$ 203,4 bilhões, o equivalente a 1,9% do **PIB**. A discrepância de valores é explicada porque o Tesouro incorporou no seu resultado primário uma receita de R\$ 26 bilhões de recursos do PIS/Pasep que foram abandonados pelas pessoas que tinham direito. Já pela metodologia do BC, esses valores não entram como receita primária.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano admite um déficit de até R\$ 213,6 bilhões, ou 2% do **PIB**. Ou seja, até o momento, o governo tem um espaço de apenas R\$ 10,2 bilhões de sobra para cumprimento da meta. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que não há motivos para preocupação, porque o empoçamento de recursos federais (verba autorizada, mas não gasta) deve ficar em R\$ 30 bilhões, o que ajudará o governo a reduzir o rombo previsto e a ficar dentro da meta. Considerando o empoçamento, o déficit primário deve ser de 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), disse o secretário, pela metodologia de cálculo usada pelo Tesouro Nacional. Ele não informou o percentual pela metodologia do BC.

Ceron também afirmou que uma eventual decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) para permitir ao governo quitar R\$ 95 bilhões de estoque de precatórios em 2023 não afetará o cumprimento da meta de resultado primário, porque o governo pediu à corte uma diferenciação de classificação entre primário e financeiro no montante de precatórios.

A piora nas projeções para as contas do governo

central consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas relativo ao quinto bimestre deste ano, divulgado ontem pelos ministérios. O aumento do déficit previsto é resultado de uma combinação de alta nas projeções das despesas e queda nas estimativas de receitas.

No caso das receitas, a projeção para as administradas pela **Receita Federal** caiu R\$ 22,2 bilhões do relatório de setembro para este de novembro. São dois os principais motivos: redução de R\$ 9 bilhões na projeção de arrecadação com o Imposto de Importação, Imposto de Renda, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que, segundo o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, é um reflexo da redução nos índices de **inflação**.

O segundo fator que explica a queda de receitas administradas é a retirada da previsão de entrada de R\$ 12,6 bilhões de depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal, transferência que não deve mais acontecer em 2023, admitiu ontem o governo, conforme havia antecipado o Valor. O montante ainda está sendo analisado pela área jurídica do banco para haver certeza se a cifra pertence à União.

Já a previsão para as despesas primárias aumentou R\$ 21,9 bilhões de um relatório para o outro, dos quais R\$ 16,3 bilhões são referentes a compensações para Estados e municípios em virtude da redução da alíquota modal (padrão) de ICMS que incide sobre combustíveis, e R\$ 4,3 bilhões para aumento do piso mínimo de investimento em saúde neste ano, conforme já havia antecipado o Valor.

Apesar da piora dos dados, o secretário do Tesouro não vê contaminação para 2024 e diz que a equipe econômica continuará perseguindo o déficit zero. "Nada muda em relação a 2024 [buscar o déficit zero]. Estamos tomando todas as medidas para recompor as receitas", afirmou em entrevista coletiva.

O economista Marcos Mendes avalia que "era de se esperar uma estratégia de antecipar despesas

e postergar receitas, piorando o resultado de 2023 para facilitar a execução orçamentária de 2024, visto que a meta de déficit zero para 2024 é desafiadora". Ele cita a antecipação do apoio financeiro a Estados e

municípios para este ano, algo que seria pago ao longo de três anos, e os depósitos da Caixa, que podem entrar como receita no ano que vem.

Os ministérios também anunciaram ontem a necessidade de aumentar o bloqueio de recursos do Orçamento em R\$ 1,1 bilhão, chegando a R\$ 5 bilhões, para cumprimento do teto de gastos, regra ainda em vigor neste ano. O detalhamento de quais pastas serão atingidas sairá na próxima semana, por meio do decreto de programação orçamentária e financeira.

"Era de se esperar uma estratégia de antecipar despesas e postergar receitas" Marcos Mendes

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1§ion=1)**

Novo bloqueio e déficit fiscal maior

**I BIANCA LIMA, FERNANDA TRISOTTO, AMANDA PUPO
e EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA**

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram ontem bloqueio adicional de R\$ 1,1 bilhão em despesas no Orçamento deste ano. Com isso, o contingenciamento em 2023 para o cumprimento do teto de gastos passou para R\$ 5 bilhões. A equipe econômica também ampliou em R\$ 36 bilhões a estimativa de rombo nas contas públicas. A previsão agora de déficit para 2023 é de R\$ 177,4 bilhões, o equivalente a 1,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo cálculos do Tesouro Nacional. A previsão anterior, de setembro, previa que as despesas superariam as receitas (sem considerar os gastos com juros) em R\$ 141,4 bilhões (1,3% do **PIB**).

O valor do déficit, porém, é ainda mais elevado se for considerada a metodologia do Banco Central, que é a usada para aferir a meta fiscal. Neste caso, o rombo previsto é de R\$ 203,4 bilhões, o equivalente a 1,9% do **PIB** - apenas R\$ 10,2 bilhões abaixo da meta prevista para este ano e quase o dobro do patamar almejado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O BC, que é responsável por consolidar o resultado das contas públicas, já havia informado que não consideraria as receitas de exercícios anteriores ou privatizações para o resultado primário - é o caso das contas do PIS/Pasep e os recursos oriundos da venda da Copel, que somam R\$ 26 bilhões.

"Temos uma divergência técnica. Foram levantados R\$ 26 bilhões que foram contabilizados como "acima da linha" pelo Tesouro, e o Banco Central entende que seria "abaixo da linha".

Não tem efeito prático", afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Segundo ele, a metodologia do BC remonta à época da hiperinflação, quando o governo não tinha condições de calcular as receitas e despesas. "Isso não é o que há de mais moderno." Para a equipe econômica, a piora no resultado foi puxada por diversos fatores. No caso das receitas, a incerteza em relação a futuros depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal e a menor **inflação** influenciaram o resultado. "São R\$ 12,6 bilhões relativos a depósitos judiciais da Caixa, que podem não ocorrer neste ano. Foi mais prudente retirar do relatório", disse o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos.

Outros R\$ 9 bilhões estão relacionados a **tributos** federais afetados pela redução da **inflação**.

Do lado das despesas, o aumento foi puxado pelas compensações a Estados e municípios por perdas do ICMS e dos fundos de participação e recomposição do mínimo da Saúde, que acarretará um aumento de gastos de R\$ 4,3 bilhões.

Apesar das surpresas negativas em 2023, o secretário do Tesouro afirmou que "nada muda" sobre o compromisso da equipe de zerar o déficit em 2024.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo faz novo bloqueio e eleva projeção de déficit

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram, ontem, novo bloqueio adicional de R\$ 1,1 bilhão em despesas discricionárias no orçamento deste ano. Com isso, o contingenciamento de despesas em 2023 para o cumprimento do teto de gastos passou de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 5 bilhões. O volume equivale a 2,54% das despesas discricionárias do Executivo para o ano.

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º bimestre também ampliou a estimativa de déficit primário total de 2023 para R\$ 177,4 bilhões. No relatório bimestral de setembro, a estimativa de rombo total era de R\$ 141,4 bilhões.

A meta de resultado primário do governo central deste ano é de saldo negativo de até R\$ 213,6 bilhões, no valor ajustado divulgado no documento, mas a Fazenda chegou a prometer no começo do ano um rombo bem menor, de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) ou cerca de R\$ 100 bilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que, embora o governo tenha enfrentado surpresas negativas para o resultado primário de 2023 neste final de ano, "nada muda" sobre o compromisso da equipe de zerar o déficit em 2024. Ele ainda ponderou que alguns dos fatores que pioraram o resultado deste ano (como a antecipação de compensação a Estados e o recuo na previsão sobre os depósitos judiciais da Caixa) irão retirar a pressão sobre 2024.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Governo aumenta previsão de déficit

A promessa de encerrar o ano com déficit primário em tomo de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) não vai se cumprir, segundo informou ontem o Governo Federal através dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

A expectativa agora é que o déficit das contas fique em R\$ 177,4 bilhões neste ano, contra os R\$ 141,4 bilhões projetados anteriormente.

Além disso, o Governo também anunciou o contingenciamento de mais R\$ 1,1 bilhão do Orçamento Geral da União de 2023.

Com a alta no rombo das contas públicas, a "meta informal" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fica mais distante. Em janeiro, ele afirmou que as contas teriam déficit de R\$ 100 bilhões em 2023 - algo em torno de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Entre os fatores que explicam a elevação da estimativa de déficit primário estão aumento de gastos e também queda na arrecadação.

Compensação por perdas No primeiro caso, um deles é compensação de R\$ 16,3 bilhões pagas a estados e municípios para repor perdas sofridas com a redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, em 2022, e com a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios este ano.

Por outro lado, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, anunciou que a queda na receita deve ficar em torno de R\$ 9 bilhões na arrecadação federal decorrente da queda do dólar e da **inflação**. Os preços mais baixos das mercadorias impactam a arrecadação de **tributos** que incidem diretamente sobre o consumo.

Segundo Ceron, os R\$ 9 bilhões se referem apenas à queda da estimativa de receitas para os dois últimos meses do ano. Em 2023, o impacto do câmbio e da queda da **inflação** chega a R\$ 25,6 bilhões.

Novo bloqueio A equipe econômica do Governo também anunciou o contingenciamento de mais R\$ 1,1 bilhão do Orçamento Geral da União de 2023. Com isso, o total bloqueado este ano sobe de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 4,9 bilhões, valor considerado baixo diante do valor total das despesas primárias, estimadas em R\$ 2,077 trilhões para 2023.

O bloqueio é necessário para atender ao limite de

gastos estipulado para este ano. Até o dia 30, o governo precisará editar um decreto detalhando a distribuição do novo contingenciamento entre os ministérios.

Esse é o segundo contingenciamento desde a sanção do novo arcabouço fiscal. Embora o governo tenha tentado extinguir o contingenciamento do projeto original das novas regras fiscais, a obrigatoriedade foi restabelecida durante a tramitação do texto na Câmara dos Deputados.

Haddad chegou a afirmar que o déficit ficaria em 1% do **PIB** brasileiro

Site: <https://www.folhape.com.br/educacao-imprensa/2590/23-11-2023/>

Previsão de déficit sobe para R\$ 203,4 bilhões

Compensação a estados e piso da saúde justificam elevação

A promessa de encerrar o ano com déficit primário em torno de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e dos serviços produzidos) não vai se cumprir.

Documento que a cada dois meses orienta a execução do Orçamento, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas elevou para R\$ 203,4 bilhões a estimativa de déficit primário para este ano (1,9% do **PIB**) com as contas do governo pressionadas pela compensação a estados e pela recomposição do piso da saúde.

No relatório anterior, divulgado em setembro pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, a previsão de déficit primário estava em R\$ 141,4 bilhões. Esse cálculo considera o critério "abaixo da linha", usado pelo Banco Central, que é levado em conta no cumprimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para 2023, a LDO estabelece meta de déficit primário de R\$ 231,5 bilhões, mas o valor efetivo cai para R\$ 213,6 bilhões, com algumas compensações da União previstas após um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Fatores Três fatores principais explicam a elevação da estimativa de déficit primário. O primeiro foi a Lei Complementar 201/2023, que antecipou a compensação de R\$ 16,3 bilhões para estados e municípios para repor perdas com a redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis e com a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios.

O segundo fator foi o gasto de R\$ 4,3 bilhões para a recomposição do piso da saúde. Com a sanção do novo arcabouço fiscal, voltou a vigorar a fórmula de cálculo de 15% da receita corrente líquida, que vigia antes do teto de gastos.

Originalmente, o buraco poderia chegar a R\$ 21 bilhões, mas uma emenda na Lei Complementar 201/2023, introduzida pelo líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), reduziu a diferença para R\$ 4,3 bilhões.

Segundo a emenda, o valor sobre o qual seria calculado os 15% da RCL incide sobre as receitas aprovadas no Orçamento de 2023, e não sobre as estimativas atualizadas a cada dois meses pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, o que daria cerca de R\$ 172 bilhões, em vez de R\$ 189 bilhões

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2023-11-22%2020:47:20.pdf>

Previsão de déficit em 2023 sobe para R\$ 203,4 bilhões

WELLTON MÁXIMO

A promessa de encerrar o ano com déficit primário em torno de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e dos serviços produzidos) não vai se cumprir. Documento que a cada dois meses orienta a execução do Orçamento, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas elevou para R\$ 203,4 bilhões a estimativa de déficit primário para este ano (1,9% do **PIB**) com as contas do governo pressionadas pela compensação a estados e pela recomposição do piso da saúde.

No relatório anterior, divulgado em setembro pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, a previsão de déficit primário estava em R\$ 141,4 bilhões. Esse cálculo considera o critério "abaixo da linha", usado pelo Banco Central, que é levado em conta no cumprimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para 2023, a LDO estabelece meta de déficit primário de R\$ 231,5 bilhões, mas o valor efetivo cai para R\$ 213,6 bilhões, com algumas compensações da União previstas após um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Três fatores principais explicam a elevação da estimativa de déficit primário. O primeiro foi a Lei Complementar 201/2023, que antecipou a compensação de R\$ 16,3 bilhões para estados e municípios para repor perdas com a redução ICMS; o segundo foi o gasto de R\$ 4,3 bilhões para a recomposição do piso da saúde; O terceiro fator que fez a previsão superar R\$ 200 bilhões foi a retirada de R\$ 26 bilhões de recursos parados no antigo fundo PIS/Pasep do cálculo das receitas.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_B7A7EB7FA67DC9F7841FC838081806D257F4F50A22C1FF17DEE1D6FB5F9E3D856BBEC6DB75C6F225F4E0F6681187689A6F8FE66F3E8FC8E8E571D4C3F4C0CF3349240435D63A4BC7258D4825547AA6D927F6A3F4C1E752C127E80AF1485EB9B3E08BA9DD25346E2CD0B554021C9DB05484D2D33D0F373D8E51711

Equilíbrio fiscal é "desafiador", dizem economistas

Marta Watanabe, Marsílea Gombatae Carla Matsue

A piora das projeções fiscais pelo governo para este ano é preocupante, indica o quão desafiador será reequilibrar as contas públicas e gera expectativas sobre as medidas que o governo pode tomar para 2024, apontam especialistas.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, destaca que o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas divulgado ontem pelo governo ampliou a projeção de déficit primário e R\$ 141,4 bilhões (1,3% do **PIB**) para R\$ 177,4 bilhões (1,7% do **PIB**). "Trata-se de um movimento preocupante, que torna ainda mais desafiadora a missão de reequilibrar as contas em um prazo razoável", afirma Salto.

As projeções fiscais atualizadas para 2023 e as declarações recentes relacionadas à meta fiscal de 2024 "sugerem que a administração tem pouca inclinação para conter a despesa, muito menos cortá-la", diz Alberto Ramos, economista-chefe para América Latina do Goldman Sachs, em relatório. Os números revistos mostram, diz, projeção mais baixa para as receitas e previsão mais elevada para as despesas, conduzindo a déficit primário "significativamente mais elevado", diz Ramos. "A dinâmica orçamentária continua a ser um ponto fraco da macroeconomia."

Embora não seja uma surpresa para quem acompanha contas públicas, a ampliação na projeção de déficit primário para este ano joga expectativa para as medidas do governo para 2024, avalia Carlos Kawall, sócio fundador da Oriz Partners. Os analistas, lembra Kawall, já vinham chamando atenção para um déficit maior que o projetado anteriormente pelo governo. "No decorrer do ano vimos aumento de gastos obrigatórios, com piora na margem do desempenho das receitas, a despeito de um **PIB** melhor que o esperado", diz ele. Ao contrário do que aconteceu em 2021 e 2022, explica, a composição do crescimento do **PIB** em 2023 não favorece tanto a arrecadação.

Muitas das medidas que o governo adotou, como a relativa aos litígios do **Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]**, não deram o resultado esperado pelo governo", lembra Kawall. E, para o ano

que vem, com pouco mais de um mês para o fim de 2023, destaca, uma das propostas mais importantes para a geração de receitas, relativa às subvenções cie ICMS, ainda enfrenta grande resistência para aprovação. A tributação de fundos exclusivos e offshores, compara, deve ser aprovada, mas terá efeito menor.

O governo, diz Kawall, tem buscando alternativas à mudança de meta de resultado primário para o ano que vem. Ele se refere à possibilidade de limitar o contingenciamento de 2024, com a interpretação defendida pelo governo de que o bloqueio de despesas deve ficar restrito a aumento real de 0,6% nos gastos, mesmo que isso signifique não cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024.

Para Kawall, embora seja um caminho melhor que o da simples mudança de metas para 2024, a interpretação proposta pelo governo também é um "sinal ruim", porque sinaliza para um contingenciamento que pode ser muito próximo ao do empoçamento habitual. Isso, diz, poderia significar não ter contingenciamento nenhum.

Salto ressalta que o aumento do déficit em R\$36 bilhões se deveu à redução de R\$ 14 bilhões da receita primária esperada, enquanto a despesa primária projetada cresceu R\$ 21,9 bilhões. Salto enumera dois fatores decisivos no que diz respeito às receitas. O primeiro seria não haver mais garantia da entrada de R\$ 12,6 bilhões relativos aos depósitos judiciais da Caixa.

O segundo, aponta Salto, a queda de R\$ 7,9 bilhões na projeção de arrecadação com **impostos** e contribuições, notadamente, Imposto de Importação, Imposto de Renda, Cofins e CSLL. "Não fosse o aumento de R\$ 5,9 bilhões da receita com a exploração de recursos naturais, o déficit seria ainda mais pronunciado", alerta.

Em relação às despesas primárias, avalia Salto, o responsável pelo aumento foi o apoio financeiro a Estados e municípios, que cresceu R\$ 16,3 bilhões, devido à antecipação para 2023 da compensação pelas perdas de receita cie ICMS ocasionadas pelas Leis Complementares 192 e 194. "Vale destacar ainda o aumento de R\$ 2 bilhões com as projeções da despesa previdenciária", acrescenta.

"Muitas das medidas não deram o resultado esperado pelo governo" Carlos Kawall

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1§ion=1)**

Sem acordo, líderes da Câmara adiam decisão sobre vetos

Raphael Di Cunto, Julia Lindner e Caetano Tonet

Líderes de partidos da base do governo e da oposição na Câmara dos Deputados se reuniram nesta quarta-feira por mais de quatro horas e não conseguiram chegar a um acordo em torno dos vetos presidenciais. O encontro acabou com um pedido de adiamento da sessão do Congresso Nacional que ocorreria nesta quinta-feira para votar 34 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a projetos.

À tarde, durante a primeira parte da reunião, os líderes tinham decidido derrubar os vetos ao novo arcabouço fiscal, afirmou o relator do projeto na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA). À noite, contudo, o acordo ficou bagunçado devido a divergências sobre o arcabouço - o governo insistia em pedir a manutenção dos vetos, apesar de reconhecer que houve o compromisso de sanção - e sobre os vetos aos projetos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, com mudanças nas garantias judiciais de imbrólios tributários e nas multas aplicadas pela **Receita Federal**, e ao marco legal das garantias.

"Não tem acordo e não tem como fazer uma sessão do Congresso sobre 34 vetos sem acordo", disse o líder do Solidariedade, deputado Áureo Ribeiro (RJ). "Vamos pedir o adiamento. Há muitos conflitos", disse um dos vice-líderes do governo, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Lula vetou dois trechos do novo marco fiscal do país, que estabelece regras para o crescimento das despesas da União. O governo vem trabalhando para manter esses vetos e o próprio petista fez um apelo em reunião com os deputados para tratar da situação fiscal do país, mas o pedido não surtiu efeito. Na reunião com os líderes, o governo voltou a pedir que os vetos sejam aprovados, mas reconheceu que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha se comprometido com a sanção de todo o texto.

Um dos trechos vetados impede que os investimentos sejam cortados em proporção maior do que as demais despesas discricionárias (que não são obrigatórias, como custeio). O contingenciamento ocorre quando o Executivo verifica que não conseguirá atingir a meta de resultado primário e, por isso, precisa reduzir despesas para tentar alcançar o objetivo fiscal.

O outro ponto vetado proibiria que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) proponha a exclusão de "qualquer despesa" da meta de resultado primário do governo federal (a diferença entre o que é arrecadado e o que é gasto, excluindo as despesas com juros). Se este veto for derrubado, apenas mudanças no arcabouço poderão retirar despesas da meta fiscal.

Para um veto ser derrubado, é necessário o voto contrário de metade dos senadores (41 de 81) e dos deputados (257 de 513). Até o fechamento desta edição, ainda não havia uma decisão sobre o adiamento da sessão.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187720?page=1§ion=1>

Lula tem até hoje para decidir sobre desoneração

O prazo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidir sobre a sanção ou não ao projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores termina hoje. A iniciativa recebeu aval dos senadores em 25 de outubro.

A matéria já havia recebido aprovação do Senado, em junho, e pela Câmara, em agosto. Como os deputados alteraram versão inicial do Senado, o texto voltou para a análise dos senadores.

A proposta substitui o modelo atual, que perderá a validade em dezembro. O projeto foi apresentado em fevereiro com o propósito de estimular a geração de empregos.

A medida impacta empresas que contratam diretamente 8,9 milhões de pessoas, além de outros milhões de postos de trabalho indiretos. O projeto também prevê a redução da alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento em cerca de 3 mil municípios.

A política de desoneração foi criada em 2011, no governo de Dilma Rousseff. Em vez de pagar 20% de Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) relativo aos funcionários com carteira assinada, as empresas beneficiadas puderam optar pelo pagamento das contribuições sociais sobre a receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5%.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Lula tem até hoje para decidir sobre desoneração; eventual veto deve ser derrubado pelo Congresso

Brasília

*/
Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília*

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD TV

JORNALISMO

VARIÉDADES

Brasília | Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa decidir nesta quinta-feira (23) sobre o projeto de lei que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia brasileira. Caso não seja estendida, a medida termina em dezembro deste ano. O Ministério da Fazenda recomendou ao petista vetar a proposta, mas a base do governo no Congresso admite que o veto seria derrubado pelo Legislativo.

Sem a prorrogação da desoneração, cerca de 1 milhão de empregos correm risco. Empresas, centrais sindicais, parlamentares e trabalhadores pressionam Lula pela sanção do texto. Líder do PT na Câmara, o deputado Zeca Dirceu (PT-PR) afirmou nesta quarta (22) que os parlamentares aliados ao petista têm se esforçado para a medida ser publicada. "Estamos trabalhando para não ter veto, porque dificilmente veto a coisa combinada vai ser mantido", destacou.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Para o senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor

do projeto de lei que pede a continuidade da desoneração, um eventual veto de Lula seria um erro "desnecessário" que geraria "desgaste político".

"É um projeto de ganha-ganha. É aprovado na sociedade, por quem produz, pela classe empreendedora, por quem trabalha, pelos sindicatos e pela classe trabalhadora. E tem toda a ameaça de 600 mil demissões, que cairiam na conta do governo. Considero um erro estratégico por parte do Planalto se vier a vetar a matéria, até porque as maiorias no Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado, foram muito amplas. Ocorrendo veto, há grande risco desnecessário que o governo corre de ver o veto derrubado no Congresso Nacional", declarou o senador nesta quarta (22).

Um eventual veto de Lula ao projeto seria contrário ao posicionamento de 83,8% dos deputados federais. Dos 513 parlamentares, 430 votaram a favor da proposta. Impedir a extensão da desoneração também significaria ir na contramão da manifestação dos senadores, que aprovaram a matéria por votação simbólica, ou seja, quando não há contagem de votos.

A matéria foi protocolada em 1º de novembro no Palácio do Planalto, e o prazo para análise presidencial é de 15 dias úteis. Caso Lula não avalie o projeto até esta quinta (23), o texto é sancionado automaticamente e é promulgado pelo petista ou pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pelo projeto, em vez de o empresário pagar 20% sobre a folha do funcionário, o tributo pode ser calculado com a aplicação de um percentual sobre a receita bruta da empresa, que varia de 1% a 4,5%, conforme o setor. A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

Entidades representativas também têm pressionado Lula para decidir favoravelmente pela iniciativa. Em entrevista ao R7, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, declarou que

"tem certeza" de que o petista vai sancionar a medida.

"O presidente Lula, pela sua história, características, valores fundados no trabalho e origem, tenho certeza que, independentemente da posição de alguns ministros, vai sancionar", afirmou. O Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad, enviou uma nota técnica ao Palácio do Planalto em que recomenda o veto.

O especialista em relações governamentais e cientista político Leonardo Barreto avalia que Lula não deve vetar a proposta pela forte oposição política, ao entender que vai perder o embate. "O ministro Fernando Haddad foi contra, mas não conseguiu ter forças para barrar a proposta nem por um segundo", disse.

Para ele, o cenário provável é que Lula a vete parcialmente, deixando de fora a desoneração dos municípios, mas que "procure atender os prefeitos com outras medidas, como um Refis para dívidas previdenciárias das cidades".

Na avaliação do cientista político André Pereira César, especialista em procedimentos legislativos e funcionamento do Executivo federal, a demora do governo em dar um posicionamento claro quanto ao projeto da desoneração é sinal de que se buscou um meio-termo. No entanto, para ele, o governo se arrisca nesse processo.

"É preciso pesar bem a balança, sob risco de se indispor com os setores, os municípios e com o próprio Congresso." O especialista acredita que, para cada trecho vetado, deverá haver uma contrapartida para estancar os danos políticos, mas que "eventuais compensações jamais terão o mesmo peso de uma sanção integral".

"É uma matéria sensível, e qualquer movimento errado que Lula faça resultará em uma resposta rápida e poderosa", afirma.

O país pode ver a **inflação** oscilar caso a desoneração da folha de pagamento não seja prorrogada. A análise de especialistas consultados pela reportagem leva em conta o cálculo de empresas e centrais sindicais, que afirmam que, sem a continuidade da medida, há previsão de fechamento de 1 milhão de postos de trabalho e aumento no preço final de serviços e produtos.

"De fato, tanto os empregos estarão ameaçados quanto os custos das empresas vão se elevar. De uma forma ou de outra, toda a economia nacional sofrerá o impacto dessa mudança: as empresas terão que cortar custos para equilibrar as contas, podendo haver

redução no número de empregados e aumento no valor dos produtos, que pressionará a **inflação**", avalia o economista Werthon Oliveira.

A elevação dos preços ao consumidor final, segundo Oliveira, traria como efeito a curto prazo um aumento da **inflação**. Por outro lado, com as demissões gradativas, haveria uma diminuição do poder de compra dos brasileiros em um segundo momento, diminuindo preços, mas trazendo prejuízo ao crescimento econômico.

A perda de arrecadação para a **Previdência Social**, caso não houvesse a desoneração da folha de pagamento, seria de R\$ 45,7 bilhões entre 2018 e 2022, revela um estudo feito neste ano pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom). O presidente Lula tem sido pressionado pelos 17 setores da economia e por entidades de trabalhadores a sancionar o projeto que prorroga a medida fiscal até 2027.

A publicação mostra que, caso o mecanismo não existisse, a perda de arrecadação da **Previdência Social** teria sido de R\$ 1,4 bilhão em 2018, R\$ 5,7 bilhões em 2019, R\$ 9,5 bilhões em 2020, R\$ 13 bilhões em 2021 e R\$ 16 bilhões em 2022. O contexto atual do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de saldo negativo.

Com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os representantes observam que, em termos de evolução da empregabilidade, os setores desonerados contrataram mais de 1,2 milhão de trabalhadores entre 2018 e 2022, o que corresponde a cerca de 15,5% de crescimento. Sem a geração desses empregos, haveria queda na arrecadação previdenciária.

O objetivo da desoneração é aliviar parcialmente a carga tributária. A medida está em vigor desde 2011, e o projeto de lei prevê a manutenção do regime fiscal até 2027.

São incluídos os seguintes setores: calçados, call center, comunicação, confecção, construção civil, construção de obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD TV

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/lula-tem-ate-hoje-para-decidir-sobre-desoneracao-eventual-veto-deve-ser-derrubado-pelo-congresso-22112023>

Decisão sobre desoneração deve ser comunicada hoje

Caetano Tonet, Estevão Taiar e Jéssica Sant'Ana

Termina nesta quinta-feira o prazo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionar ou vetar o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para os 17 setores que mais empregam no país. À espera da decisão, representantes de segmentos afetados, parlamentares e especialistas alertam para a importância da manutenção do sistema de tributação.

O modelo de desoneração da folha permite que empresas dos 17 setores listados paguem alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Pela regra atual, essa medida deixa de valer em dezembro deste ano. Mas o Congresso Nacional votou para prorrogá-la até 31 de dezembro de 2027.

Renato Correia, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), ressalta que a sanção do texto é importante para o planejamento do setor, com efeito direto na geração de empregos.

"A construção trabalha com ciclos de produção e planejamento de longo prazo. É danoso para o setor que uma obra seja iniciada considerando uma forma de contribuição e que, no meio do processo, [a empresa] precise considerar um novo formato", afirma

Para José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a sanção é "extremamente importante", já que um eventual veto teria impactos negativos sobre os níveis atuais de emprego e contratações futuras. Velloso ainda afirma que mudanças representariam "um retrocesso na gestão dos **tributos** pelas empresas dos 17 setores".

Lula pode sancionar ou vetar a proposta total ou parcialmente. O Congresso tem a palavra final e pode derrubar eventuais vetos do presidente. O Ministério da Fazenda recomendou veto total da proposta. O argumento da pasta é que o projeto seria inconstitucional por causa de um trecho da reforma da Previdência, de 2019, tese rebatida por especialistas.

Gustavo Binenbojm, advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirma que o Supremo Tribunal

Federal (STF) já se manifestou sobre a constitucionalidade da prorrogação. O que foi vedado pela reforma da Previdência foi somente a instituição de novos benefícios que alterem a base de cálculo previdenciária.

"Do ponto de vista jurídico, essa questão está bem equacionada, não há razão pelo veto", explica o advogado.

Autor do projeto, o senador Efraim Filho (União-PB), afirmou que o governo corre um risco político caso o presidente Lula opte por vetar a matéria.

"Tanto a Câmara quanto o Senado tiveram ampla maioria a favor da matéria. É um projeto de forte apelo social. É apoiado por quem empreende e também pela classe trabalhadora", afirma Efraim.

Relatora da proposta na Câmara, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) afirma que um possível veto irá acarretar em demissões em todos os setores e que isso irá recair no governo federal. "O veto vai ocasionar milhões de demissões e com responsabilidade total do governo", declarou.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse que o governo ainda não tem posição sobre o projeto. O prazo se encerra nesta quinta-feira à meia-noite e a decisão pode ser publicada no dia seguinte.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1§ion=1>

Governo aposta no Senado para manter vetos de Lula a trechos do arcabouço

Sem acordo com a Câmara dos Deputados, o governo aposta no Senado para manter os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a trechos do arcabouço fiscal na sessão do Congresso Nacional desta quinta-feira (23).

A sessão conjunta vem sendo adiada há meses diante do impasse em torno não só do arcabouço, mas também do marco temporal para demarcação de terras indígenas e do projeto que mudou as regras do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**.

O governo já dá como certa a derrubada dos vetos feitos por Lula ao marco temporal. A principal prioridade, no entanto, é manter de pé o arcabouço fiscal com os dois vetos presidenciais.

Um dos itens vetados proibia o governo de prever na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) a exclusão de despesas da meta de resultado primário -forma usada em governos petistas no passado para dizer que a meta foi cumprida mesmo com ampliação de gastos com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O governo argumentou, ao vetar o item, que a LDO é o mecanismo competente para estabelecer e gerir as metas de resultado fiscal.

"A exclusão de despesa do cômputo da meta de resultado primário deve representar uma medida excepcional e, por esse motivo, deve ter autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias", afirma a justificativa do veto.

Outro veto dá maior flexibilidade para o governo efetuar bloqueios em investimento e poupar outros tipos de verbas de ministérios, caso necessário.

Ao justificar a decisão, o governo Lula argumentou que o texto do Congresso ampliaria a rigidez dos processos de gestão orçamentária, com impacto potencial sobre despesas essenciais da União.

Nesta quarta-feira (22), uma série de reuniões entre deputados e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acabou sem acordo sobre os temas a serem deliberados -ameaçando adiar a sessão mais uma vez.

Mesmo com o impasse, o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avisou que não deve comparecer a um evento no Palácio do Planalto nesta quinta justamente para presidir a sessão dos vetos. Lira deverá participar da solenidade.

Presidente da FPA (Frente Parlamentar do Agronegócio), o deputado Pedro Lupion (PP-PR) afirmou que, se houver sessão, eles irão derrubar os vetos referentes ao marco temporal e que não há margem para acordo com o governo nessa questão.

Ao final do segundo encontro com Lira, o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), indicou que a sessão do Congresso poderia ser adiada diante da indefinição sobre os temas e disse que a decisão já tinha sido comunicada ao líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Caberia ao Senado, portanto, deliberar sobre isso, já que Pacheco preside o Congresso.

Segundo Dirceu, além de questões sobre mérito dos vetos, há uma questão de "método". Uma das principais queixas de parlamentares do centrão é que o governo tem firmado acordos e não cumprido posteriormente, por meio dos vetos presidenciais.

Ele indicou ainda que poderá ocorrer um encontro entre Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aparar as arestas e tratar de eventuais acordos que foram firmados.

"A gente está tentando fazer uma nova conversa do Haddad com o presidente Lira para ver se recupera as memórias e relembra como se deram as votações. Tem um pouco de mérito [dos textos], e tem o método. Muitos líderes reclamam que participaram de um acordo, votaram, depois o governo foi lá e vetou o que ele mesmo tinha acordado", afirmou o parlamentar.

O Marco das Garantias, que foi alvo de reclamações sobre descumprimento de acordos no ato do veto, também pode ser analisado nesta quinta.

No Senado, onde o governo aposta para manter os vetos do arcabouço, a avaliação é que deputados e senadores devem ir à votação mesmo sem acordo.

A derrubada de vetos presidenciais, em especial do

arcabouço, seria mais uma derrota para o governo Lula no Congresso nesta semana.

Na Câmara, foram aprovados um requerimento de urgência de um projeto de decreto legislativo que derruba portaria do governo federal que dificulta trabalho nos feriados e um projeto de lei que retoma pontos da Carteira Verde e Amarela , medida do governo Jair Bolsonaro (PL) criticada pelo governo Lula.

De acordo com parlamentares governistas, Lira e membros do centrão quiseram dar um recado ao governo federal para demonstrar insatisfações que vão desde os vetos a textos aprovados pelos parlamentares até a demora na liberação de recursos de emendas.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/governo-aposta-no-senado-para-manter-vetos-de-lula-a-trechos-do-arcabouco.shtml>

Prefeituras podem ir à Justiça em busca de R\$ 2 bi

Laura Ignacio e Adriana Aguiar De São Paulo

Os secretários de finanças das capitais do país, representados pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), estudam entrar com ação na Justiça para tentar ter acesso a mais de R\$ 2 bilhões "abandonados". Esses valores estariam em 4,7 milhões de contas bancárias de pessoas que já morreram e não teriam herdeiros-a chamada "herança jacente".

Nesses casos, após procedimento judicial, a legislação permite que o montante seja direcionado aos municípios onde essas pessoas moravam. No atual Código de Processo Civil (CPC), o tema consta dos artigos 738 a 744. No Código Civil (CC), do artigo 1.819 ao 1.823.

A ida ao Judiciário passou a ser uma medida estudada pela entidade porque o Banco Central (BC) não atendeu pedido para acesso a informações sobre essas contas bancárias. As mortes teriam sido verificadas no cadastro da **Receita Federal**. Foi solicitada uma relação por CPF e instituições financeiras, além do número das contas correntes.

"Queríamos construir uma solução administrativa que permitisse o acesso dos municípios a essas informações com todos os requisitos de segurança e proteção de dados", diz o assessor jurídico da Abrasf, Ricardo Almeida. Com esses dados, acrescenta, cada município ajuizaria uma ação judicial para a convocação de eventuais herdeiros.

O BC, por meio da Procuradoria Geral do Banco Central (PGBC), afirma que haveria "inviabilidade jurídica do pedido" - violação do dever de preservação do sigilo de que trata a Lei nº 12.527, de 2011, e a Lei Complementar nº 105, de 2001. Alega também que a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais não teria legitimidade para representar o interesse da totalidade dos municípios.

"Agora, estudamos se a medida cabível seria propor no Judiciário medida cautelar de produção antecipada de provas", afirma Ricardo Almeida.

Antes, porém, a Abrasf pretende retomar o contato com o Banco Central para saber se seria possível transpor essa inviabilidade, de acordo com o

presidente da entidade e secretário de Finanças de Porto Alegre, Rodrigo Fantinel.

"Cada município pode pedir os dados diretamente ao Banco Central, se preciso", diz ele. "Mas, se houver uma negativa mais enfática deles, a única alternativa será buscar as informações das contas bancárias pela via judicial." Segundo Fantinel, esses dados são importantes para os secretários de finanças porque é a partir deles que verificariam se, realmente, não existem herdeiros. "Também, claro, seria mais uma fonte de receita dos municípios." Leonardo Moreira Lima, advogado e professor de processo civil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), explica que uma herança é considerada jacente quando ninguém reclama o direito. Mas para os bens serem transferidos para os municípios, diz, é necessário, obrigatoriamente, um procedimento judicial.

"De acordo com o artigo 743 do Código de Processo Civil, primeiro é aberto um processo judicial pelo qual é publicado um edital para chamar possíveis herdeiros no prazo de um ano. Se não houver herdeiros habilitados nesse período, uma sentença declarará a herança como vacante", afirma o especialista.

Depois, diz Lima, segundo o artigo 1822 do Código Civil, é aberta a sucessão e começa a correr o prazo de cinco anos para a manifestação de eventual herdeiro necessário. "Só após finalizado esse novo prazo, os bens passam a ser do município." Para o professor, os municípios têm legitimidade para entrar com ação na Justiça por serem possíveis titulares da herança. "Mas o ideal seria o próprio Bacen noticiar sobre possível herança jacente em contas bancárias ao Judiciário, onde seria garantido o sigilo", diz. "Nesse processo, um curador seria nomeado para fazer todos os procedimentos para se ter certeza de que não há herdeiros, até o momento em que os bens passam para o município." A advogada Maria Tereza Tedde, do Tedde Advogados, entende que, tecnicamente, a resposta do BC está certa. Não seria possível, acrescenta, repassar as informações das contas bancárias aos municípios. "Existe uma tentativa, por parte dos municípios, de quebra de sigilo bancário sem fundamento e sem determinação judicial, de avançar na propriedade privada, em desacordo com o que prevê a lei", afirma.

Os bancos, acrescenta, não poderiam fornecer uma lista das contas esquecidas a uma prefeitura somente porque, ao cobrar **tributos**, descobriu que os proprietários morreram. "Não é porque aquela conta ou bem está parado que não existem herdeiros ou inventário", diz. "Imagina se o herdeiro descobre depois que tem a conta e os valores já foram encaminhados ao município. Como faz?" Procurado pelo Valor, o Banco Central informou que não se manifestaria sobre o assunto.

"Cada município ajuizaria uma ação para convocar eventuais herdeiros" Ricardo Almeida

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187720>

Empresas devem regularizar dívidas junto à Receita

As empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional e os Micro-empresendedores Individuais (MEI) terão ainda este resto de ano para regularizar todos os seus débitos junto à **Receita Federal do Brasil**. Os optantes pelo regime simplificado de tributação que não resolverem a situação estão sujeitos a exclusão por ofício, a partir do início de 2024.

A **Receita Federal** informou que já notificou algumas dessas empresas com débitos tributários ou previdenciários. Ao todo, foram notificadas 255.036 empresas devedoras do Simples Nacional. Juntas, elas representam um total de R\$ 11 bilhões em dívidas.

O diretor tributário da Confirp Contabilidade, Welinton Mota, ressalta que mesmo que a empresa não tenha sido notificada, é fundamental que ela verifique se não há nenhum débito tributário, para que não aconteçam surpresas indesejadas. "Muitas vezes os débitos não são intencionais, mas ocorrem por falta de pagar uma guia. Por isso é importante sempre estar atento", explica.

Para saber se a empresa está entre as notificadas, basta acessar o Portal do Simples Nacional, por meio do dTE-SN, ou o Portal e-CAC do site da **Receita Federal**. Segundo a Receita, a ciência se dará no momento da primeira leitura, se a pessoa jurídica acessar a mensagem dentro de 45 dias contados da disponibilização do referido Termo, ou no 45º dia contado da disponibilização do Termo, caso a primeira leitura seja feita posteriormente a esse prazo.

Mota ainda aponta duas opções que a empresa pode utilizar para a regularização de sua situação: o pagamento total dos débitos ou o parcelamento. "É preciso uma análise dentro da empresa para ver qual a melhor alternativa, lembrando que é necessária uma análise financeira dos próximos meses, para que o ajuste de conta não resulte em novos problemas financeiros. Por isso a recomendação é sempre não deixar para a última hora", analisa.

Os débitos com a **Receita Federal** podem ser pagos à vista ou por meio do parcelamento ordinário em até 60 meses. As informações para regularização podem ser acessadas na página de serviços da **Receita Federal**.

Já para os débitos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, existem outros benefícios além do parcelamento ordinário em 60 meses, podendo ser negociados descontos, entrada facilitada e prazo ampliado para pagamento. O processo de negociação é totalmente digital e é realizado por meio do Regularize, o portal digital de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Receita Federal abre hoje consulta ao lote residual de restituição deste mês

Brasília - A consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) do mês de novembro de 2023 poderá ser feita, a partir das 10h de hoje. De acordo com a **Receita Federal**, o crédito bancário para 358.737 contribuintes será realizado no dia 30 de novembro, no valor total de R\$ 762.906.928,68. Desse total, R\$ 524.811.239,34 referem-se aos que têm prioridade, sendo 5.774 idosos acima de 80 anos, 58.060 entre 60 e 79 anos, e 6.654 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

Também estão na lista de prioridades: 14.863 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério e, por fim, 129.019 que não possuem prioridade legal, mas por terem utilizado a Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix. Foram contemplados ainda 144.367 contribuintes não prioritários. Para saber se a restituição está disponível, a pessoa deve acessar a página da Receita na internet, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". A página apresenta orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo consulta simplificada ou consulta completa da situação da declaração, por meio do extrato de processamento, acessado no e-CAC. Se identificar alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificar a declaração, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

O órgão disponibiliza, ainda, aplicativo para tablets e smartphones que possibilita consultar diretamente nas bases da **Receita Federal** informações sobre liberação das restituições do IRPF e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

Crédito - O pagamento da restituição é realizado na conta bancária informada na Declaração de Imposto de Renda, de forma direta ou por indicação de chave Pix. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado (por exemplo, a conta informada foi desativada), os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Neste caso, o cidadão poderá reagendar o crédito dos valores de forma simples e rápida pelo Portal BB, acessando o endereço ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para

deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo de um ano, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC, disponível no site da **Receita Federal**, acessando o menu Declarações e Demonstrativos Meu Imposto de Renda e clicando em «Solicitar restituição não resgatada na rede bancária». (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Consulta a lote residual do IR

Brasília - A consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) do mês de novembro de 2023 poderá ser feita a partir das 10 horas desta quinta-feira (23). De acordo com a **Receita Federal**, o crédito bancário para 358.737 contribuintes será realizado no dia 30 de novembro, no valor total de R\$ 762.906.928,68. Desse total, R\$ 524.811.239,34 referem-se aos que têm prioridade, sendo 5.774 idosos acima de 80 anos, 58.060 entre 60 e 79 anos, e 6.654 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

Também estão na lista de prioridades: 14.863 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério e, por fim, 129.019 que não possuem prioridade legal, mas por terem utilizado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix. Foram contemplados ainda 144.367 contribuintes não prioritários. (ABr)

Site: <https://digital.jornalnh.com.br>

13º para aliviar dívidas e turbinar a economia

Mila Ferreira, Camila Coimbra*

Com a proximidade do fim do ano, chega o momento de se planejar financeiramente para celebrações e trocas de presentes.

O décimo terceiro salário, gratificação trabalhista que contempla o trabalhador com um salário extra, geralmente pago entre novembro e dezembro, vem para aliviar o bolso e ajudar na organização econômica das famílias. Além de investir em festividades, os brasilienses planejam ainda pagar dívidas e limpar o nome.

Segundo informações do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista), baseadas em estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o 13º injetará na economia do DF este ano cerca de R\$ 8,82 bilhões. O valor é 3,5% maior do que o do ano passado, quando a gratificação injetou R\$ 8,5 milhões no setor econômico da capital do país.

A média de valores por pessoa no DF é estimada em R\$ 5.400,39. Além disso, segundo cálculos do Sindivarejista e Dieese, um total de 1,563 milhão de brasilienses irão receber o abono de Natal.

Empregados formalizados ficarão com R\$ 7,7 bilhões e os beneficiários do **INSS** com R\$ 727 milhões.

Aposentados e pensionistas do regime próprio distrital embolsarão R\$ 387 milhões.

O presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta, acredita que o setor na capital federal está mais otimista diante do montante a ser injetado. "Há empresários estimando aumento nas vendas de fim de ano entre 9% e 14% na comparação com os 12% do Natal de 2022", sinalizou.

Além das festividades, alguns brasilienses aproveitarão também para investir o recurso extra ou até mesmo quitar dívidas. De acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa, o número de pessoas inadimplentes no DF aumentou em outubro, chegando a 1,298 milhão contra 1,290 milhão em setembro. A vendedora Ana Beatriz, 26 anos, é exemplo de trabalhadora que vai aproveitar o décimo terceiro salário para tirar as finanças do vermelho. "Vou usar uma parte para pagar dívidas que tenho com o cartão de crédito e o restante para comprar presentes de Natal para a família", contou ao

Correio a moradora do Paranoá.

Ainda segundo o Serasa, as dívidas relacionadas às contas básicas, como luz, água e gás, tiveram uma queda de 1,02 ponto percentual entre setembro e outubro, passando de 17,15% das pendências financeiras para 16,13%. Janaína Ribeiro, 38, promotora de vendas e moradora de Samambaia, relatou à reportagem que está com o nome sujo desde que ficou desempregada, no início da pandemia de covid-19. Além disso, ela também tem deixado acumular algumas contas básicas.

"Esse dinheiro vai ser todo para quitar as contas de luz e água. Pago um valor muito caro onde moro, e o que sobrar vai para outras despesas", disse.

Investimento reverso

Para o contador e conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Adriano Marrocos, o ideal para quem tem dívidas pendentes é aproveitar a gratificação para sair do saldo negativo. "Fazer esse investimento reverso é um bom negócio. As taxas de juros são bastante elevadas e postergar não é a melhor saída. É importante lembrar que o cartão de crédito pode ser traiçoeiro", aconselhou. Marrocos sugeriu, ainda, àqueles que não têm dívidas a investirem. "Há várias opções interessantes, como os títulos do Tesouro Direto, que dá para fazer pela internet, tem também os CDBs (Certificados de Depósito Bancário), que são investimentos pré-fixados e tem também a conta remunerada, que é uma modalidade de conta bancária que proporciona um retorno financeiro sobre o saldo mantido na conta", elencou.

O economista e educador financeiro Francisco Rodrigues salientou que esse montante pode funcionar como uma alavanca para a conquista de sonhos e projetos a médio e longo prazo. "Ao invés de acumular dívidas no decorrer do ano para serem quitadas com o 13º, o ideal é poupar durante o ano e usar o extra para investir e tirar sonhos do papel", destacou. Ele ressalta que fim de ano é um momento de aquecimento para a economia.

Positivo para indústria, comércio e para o bolso do cidadão consciente no uso de seu dinheiro. "Brasília é a terceira mais endividada do país mesmo tendo a maior renda per capita, o que mostra que falta controle financeiro aos brasilienses. Por isso, é importante aproveitar esse tipo de oportunidade para sair do

vermelho", acrescentou.

Servidores públicos

Os servidores efetivos dos órgãos e secretarias do Governo do Distrito Federal (GDF) recebem o 13º integral sempre no mês dos respectivos aniversários.

Caso haja alguma troca de cargo e, conseqüentemente, algum valor residual dos efetivos, a quantia é paga no último mês do ano junto com o pagamento dos servidores comissionados, que recebem uma parte da gratificação em julho e o restante em dezembro. Juntando os montantes referentes aos aniversariantes de dezembro, valores residuais do 13º dos servidores efetivos e os valores integrais dos comissionados, o GDF vai pagar cerca de R\$ 234 milhões em dezembro. O valor não inclui a segurança pública - Corpo de Bombeiro, Polícia Militar e Polícia Civil.

* Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti

Que destino vou dar ao salário adicional

"Estou cursando faculdade de odontologia em Brasília. Com o décimo terceiro salário, vou pagar o material do meu curso, que tem custo bem elevado. Se sobrar, vou pagar contas pendentes"

Maria Gabriela, 21 anos, estudante, Formosa (GO)

"Fui demitido na pandemia e tenho dívidas dessa época. O décimo terceiro vai todo para pagar dívidas do cartão de crédito e ainda não vou conseguir pagar tudo, pois a fatura está muito alta. Vou pagar o que der"

Lucas Caetano de Oliveira, 22 anos, cobrador, Valparaíso (GO)

"Tenho um curso técnico, mas sonho em fazer uma faculdade. Com o meu décimo terceiro salário, vou começar a poupar para pagar o meu curso superior"

Rayane Franca Cordeiro, 32 anos, técnica em saúde bucal, Samambaia

"Vou aproveitar para investir o dinheiro no tesouro direto.

Já que não tenho dívidas, quero aplicar em um investimento de renda fixa"

Patrick Breno, 21 anos, militar, Riacho Fundo 1

"Vou quitar dívidas e dar entrada em um carro"

Jefferson Junior Sousa, 33 anos, garçom, Valparaíso (GO)

"Estou com nome sujo, devido à época da pandemia, quando acumulei dívidas, e usarei o dinheiro para pagar o que devo"

Crislene, 31 anos, vendedora, Ceilândia Norte

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/23/all.pdf>

13º salário: saiba quem tem direito e como calcular o valor do benefício

Karla Dunder Colaboração para o UOL, de São Paulo 23/11/2023 04h00

A primeira parcela do 13º salário deve ser paga no dia 30 de novembro e deve movimentar a economia. Os empregados devem receber 50% do salário bruto, sem descontos. A segunda parcela cai no dia 20 de dezembro, mas com desconto do **INSS** e imposto de renda. Segundo dados divulgados pelo Dieese, cerca de 87,7 milhões de brasileiros serão beneficiados com rendimento adicional, em média, com um valor de R\$ 3.057. Ainda, o pagamento do 13º salário tem o potencial de injetar na economia brasileira cerca de R\$ 291 bilhões.

O cálculo é simples. Adriana Rodrigues Faria, advogada especializada em direito trabalhista e sócia do escritório Rodrigues Faria Advogados, explica que basta somar os salários dos últimos 12 meses e dividir por 12. O resultado é o valor do 13º salário.

Quem não tem salário fixo deve fazer o mesmo cálculo. "Para quem não tem salário fixo, como os trabalhadores horistas, é preciso somar os rendimentos dos últimos 12 meses e dividir por 12", declara.

O pagamento pode ser feito em uma ou duas parcelas. A primeira parcela ou parcela única precisam ser pagas até o dia 30 de novembro. Já a segunda parcela é paga até o dia 30 de dezembro. O 13º também pode ser adiantado nas férias.

Primeira parcela não tem descontos. Já a segunda parcela tem desconto do **INSS** e do Imposto de Renda, quando aplicável.

O UOL ouviu a Adriana Rodrigues Faria, advogada especializada em direito trabalhista e sócia do escritório Rodrigues Faria Advogados e Gabriela Lima, sócia na área de Direito Trabalhista e Previdenciário de Tozzini Freire Advogados.

Todos os empregados com carteira assinada, que trabalharam mais de 15 dias no ano de 2023. Sejam eles mensalistas, horistas, trabalhadores rurais, urbanos ou domésticos, têm direito ao 13º salário. Não tem direito ao benefício os trabalhadores informais, autônomos, intermitentes e estagiários.

Sim, trabalhadores temporários têm direito ao 13º salário, calculado proporcionalmente ao tempo trabalhado.

Mesmo em contrato de experiência, o trabalhador tem direito ao 13º salário, calculado da mesma forma que para os demais.

Estagiários não têm direito ao 13º salário porque são considerados aprendizes. Eles não são funcionários com vínculo empregatício. A Lei do Estágio não inclui a remuneração do 13º salário.

Empregadas domésticas têm direito ao 13º salário. A primeira parcela deve ser paga até o final de novembro, e a segunda, até o final de dezembro. O cálculo é semelhante ao dos demais trabalhadores: a soma dos salários dos últimos 12 meses, dividida por 12.

Diaristas não tem o direito ao benefício. "Lembrando que, no caso de diaristas, a situação pode variar. Se a diarista tiver um contrato formal, ela terá direito ao 13º salário. Contudo, se não houver essa formalização, o direito não é assegurado", explica a advogada trabalhista Adriana Rodrigues Faria.

Sim, mães que estão em licença-maternidade têm direito ao 13º salário. Durante o período em que a mãe estiver afastada por licença-maternidade, o empregador continua responsável por efetuar o pagamento do 13º salário normalmente, garantindo assim a manutenção dos direitos trabalhistas da empregada gestante.

O cálculo do 13º salário para mães em licença-maternidade é feito da mesma forma que para os demais trabalhadores: a soma dos salários dos últimos 12 meses, dividida por 12. Dessa forma, a licença-maternidade não afeta negativamente o direito ao recebimento desse benefício.

Site:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/11/23/calculo-13.htm>

População do DF vai usar 13º para aliviar dívidas e turbinar a economia

Mila Ferreira

+

Com a proximidade do fim do ano, chega o momento de se planejar financeiramente para celebrações e trocas de presentes. O décimo terceiro salário, gratificação trabalhista que contempla o trabalhador com um salário extra, geralmente pago entre novembro e dezembro, vem para aliviar o bolso e ajudar na organização econômica das famílias. Além de investir em festividades, os brasilienses planejam ainda pagar dívidas e limpar o nome.

Segundo informações do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista), baseadas em estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o 13º injetará na economia do DF este ano cerca de R\$ 8,82 bilhões. O valor é 3,5% maior do que o do ano passado, quando a gratificação injetou R\$ 8,5 milhões no setor econômico da capital do país.

A média de valores por pessoa no DF é estimada em R\$ 5.400,39. Além disso, segundo cálculos do Sindivarejista e Dieese, um total de 1,563 milhão de brasilienses irão receber o abono de Natal. Empregados formalizados ficarão com R\$ 7,7 bilhões e os beneficiários do **INSS** com R\$ 727 milhões. Aposentados e pensionistas do regime próprio distrital embolsarão R\$ 387 milhões. O presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta, acredita que o setor na capital federal está mais otimista diante do montante a ser injetado. Há empresários estimando aumento nas vendas de fim de ano entre 9% e 14% na comparação com os 12% do Natal de 2022, sinalizou.

Limpar o nome

Além das festividades, alguns brasilienses aproveitarão também para investir o recurso extra ou até mesmo quitar dívidas. De acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa, o número de pessoas inadimplentes no DF aumentou em outubro, chegando a 1,298 milhão contra 1,290 milhão em setembro. A vendedora Ana Beatriz, 26 anos, é exemplo de trabalhadora que vai aproveitar o décimo terceiro salário para tirar as finanças do vermelho. Vou usar uma parte para pagar dívidas que tenho com o cartão de crédito e o restante para comprar presentes de Natal para a família, contou ao Correio a moradora do Paranoá.

Ainda segundo o Serasa, as dívidas relacionadas às contas básicas, como luz, água e gás, tiveram uma queda de 1,02 ponto percentual entre setembro e outubro, passando de 17,15% das pendências financeiras para 16,13%. Janaína Ribeiro, 38, promotora de vendas e moradora de Samambaia, relatou à reportagem que está com o nome sujo desde que ficou desempregada, no início da pandemia de covid-19. Além disso, ela também tem deixado acumular algumas contas básicas. Esse dinheiro vai ser todo para quitar as contas de luz e água. Pago um valor muito caro onde moro, e o que sobrar vai para outras despesas, disse.

Investimento reverso

Para o contador e conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Adriano Marrocos, o ideal para quem tem dívidas pendentes é aproveitar a gratificação para sair do saldo negativo. Fazer esse investimento reverso é um bom negócio. As taxas de juros são bastante elevadas e postergar não é a melhor saída. É importante lembrar que o cartão de crédito pode ser traiçoeiro, aconselhou. Marrocos sugeriu, ainda, àqueles que não têm dívidas a investirem. Há várias opções interessantes, como os títulos do Tesouro Direto, que dá para fazer pela internet, tem também os CDBs (Certificados de Depósito Bancário), que são investimentos pré-fixados e tem também a conta remunerada, que é uma modalidade de conta bancária que proporciona um retorno financeiro sobre o saldo mantido na conta, elencou.

O economista e educador financeiro Francisco Rodrigues salientou que esse montante pode funcionar como uma alavanca para a conquista de sonhos e projetos a médio e longo prazo. Ao invés de acumular dívidas no decorrer do ano para serem quitadas com o 13º, o ideal é poupar durante o ano e usar o extra para investir e tirar sonhos do papel, destacou. Ele ressalta que fim de ano é um momento de aquecimento para a economia. Positivo para indústria, comércio e para o bolso do cidadão consciente no uso de seu dinheiro. Brasília é a terceira mais endividada do país mesmo tendo a maior renda per capita, o que mostra que falta controle financeiro aos brasilienses. Por isso, é importante aproveitar esse tipo de oportunidade para sair do vermelho,

acrescentou.

Servidores públicos

Os servidores efetivos dos órgãos e secretarias do Governo do Distrito Federal (GDF) recebem o 13º integral sempre no mês dos respectivos aniversários. Caso haja alguma troca de cargo e, conseqüentemente, algum valor residual dos efetivos, a quantia é paga no último mês do ano junto com o pagamento dos servidores comissionados, que recebem uma parte da gratificação em julho e o restante em dezembro. Juntando os montantes referentes aos aniversariantes de dezembro, valores residuais do 13º dos servidores efetivos e os valores integrais dos comissionados, o GDF vai pagar cerca de R\$ 234 milhões em dezembro. O valor não inclui a segurança pública - Corpo de Bombeiro, Polícia Militar e Polícia Civil.

O que vou fazer com o 13º salário?

*Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/11/6659496-populacao-do-df-vai-usar-13-para-aliviar-dividas-e-turbinar-a-economia.html>

Rombo nas contas de 2023 vai a R\$ 177,4 bilhões

O governo federal prevê encerrar o primeiro ano de mandato com um rombo de R\$ 177,4 bilhões nas contas, uma piora em relação à estimativa anterior e ainda mais longe da meta traçada pelo ministro Fernando Haddad, da Fazenda, de entregar um déficit de até 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. Em setembro, o governo esperava um déficit de R\$ 141,4 bilhões nas contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, **INSS** e Banco Central), o equivalente a 1,3% do **PIB**. A nova projeção significa um rombo de 1,7% do **PIB**, segundo dados divulgados nesta quarta-feira.

Para a aferição oficial do cumprimento da meta, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$ 26 bilhões, referentes ao resgate de valores "abandonados" nas contas do Fundo PIS/Pasep. Na prática, o rombo oficial chegaria a R\$ 203,4 bilhões (1,9% do **PIB**).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza, oficialmente, um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o que corresponde a 2% do **PIB**. Portanto, os números não indicam um descumprimento formal da regra.

Em discurso, porém, Haddad disse que não iria aceitar um resultado "que não seja melhor do que os absurdos R\$ 220 bilhões de déficit previstos no Orçamento".

A partir daí, a Fazenda traçou a meta informal de 1% do **PIB**, que em março chegou a virar 0,5%, um objetivo ainda mais ambicioso, mas que logo foi abandonado. Frustração de receitas e aumento de despesas explicam a piora do cenário para 2023, evidenciada nesta quarta pela divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º bimestre.

Segundo o governo, houve aumento na previsão de gastos com benefícios previdenciários, além de incremento de R\$ 4,3 bilhões para atender o mínimo da Saúde neste ano. Houve elevação também nas despesas com autorização legal para serem feitas fora dos limites deste ano. A principal delas é um repasse bilionário para estados e municípios, calculado em R\$ 16,3 bilhões (Da Folhapress).

Contas públicas: governo sobe previsão de rombo

O governo revisou a projeção de déficit primário nas contas públicas para 2023, chegando a R\$ 177,4 bilhões (1,7% do Produto Interno Bruto -**PIB**), na metodologia "acima da linha". Sob a ótica "abaixo da linha", o rombo atinge R\$ 203,4 bilhões (1,9% do **PIB**).

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento também anunciaram o bloqueio adicional de R\$ 1,1 bilhão. Até o momento, o governo já bloqueou R\$ 5 bilhões em despesas discricionárias no orçamento deste ano.

As informações estão no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5o Bimestre de 2023, divulgado nessa quarta-feira (22).

Os números mostram que as contas públicas estão piorando porque há frustração das

receitas e aumento das despesas do governo federal. No primeiro caso, são R\$ 22,2 bilhões que não entraram nos cofres públicos, enquanto houve o gasto de R\$ 21,9 bilhões em despesas não previstas.

No caso da receita, 97% dos recursos frustrados dizem respeito a apenas dois itens do orçamento: R\$ 12,6 bilhões de depósitos judiciais da Caixa, cuja transferência pode não ocorrer ainda em 2023, e outros R\$ 9 bilhões a menos em arrecadação prevista em Imposto de Renda, Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Importação e Cofins.

Já nas despesas, 94% também se concentram em duas linhas do orçamento: R\$ 16,3 bilhões em compensações para estados e municípios, e mais R\$ 4,3 bilhões gerados pelo aumento do mínimo da Saúde.

No entanto, de acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o "empoçamento" de recursos deve ficar em tomo de R\$ 35 bilhões em 2023. Com isso, há expectativa de que esse valor poderá ajudar a reduzir o déficit das contas públicas neste ano.

Assim, segundo ele, o déficit primário deverá ficar em R\$ 147 bilhões (1,32% do **PIB**) até o final de 2023.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index>.

jsp?serviceCode=login&edicao=131263#page/1

Rombo fiscal de 2023 alcança R\$ 177,4 bi

Edla Lula

O rombo fiscal do governo federal neste ano será maior que o previsto.

Segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do quinto bimestre, divulgado ontem pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, o rombo vai alcançar R\$ 177,4 bilhões, em vez dos R\$ 141,4 bilhões projetados em setembro. A estimativa se refere ao chamado saldo primário, que considera receitas e despesas, mas não os gastos com juros da dívida.

A nova projeção corresponde a 1,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), resultado bastante superior à meta estabelecida pelo governo para 2023. Embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada no ano passado, tenha fixado a meta de deficit em 2% do **PIB**, o equivalente, hoje, a R\$ 213,6 bilhões, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao assumir o cargo, comprometeu-se a limitar o rombo a 1% do **PIB**.

Ao detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, ponderou que, no final do ano, o saldo nas contas públicas deverá, na prática, ser menor, por conta do chamado "empocamento de recursos - verbas autorizadas mas não gastas a tempo pelos ministérios.

Esses dinheiro soma, atualmente, R\$ 35 bilhões. Assim, o rombo efetivo pode ficar por volta de R\$ 140 bilhões, correspondentes a 1,3% do **PIB**.

Ceron afirmou que, apesar do saldo negativo deste ano vir maior que a encomenda, está mantida a meta de alcançar deficit zero no próximo ano. "Nada muda em relação a 2024", garantiu.

"Estamos tomando todas as medidas para recompor o cenário fiscal", acrescentou, mencionando as propostas encaminhadas ao Legislativo para ampliar a arrecadação. "O Congresso está muito vigilante e apoiando a agenda de recuperação fiscal." O secretário citou, como exemplo, a aprovação, ontem, do projeto de lei que aumenta a tributação dos fundos offshore e exclusivos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O aumento do deficit projetado para 2023 ocorreu porque o governo vai arrecadar menos do que previa e vai gastar muito além do que tinha programado.

Segundo o relatório, a previsão de receitas totais em

2023 caiu de R\$ 2,373 trilhões para R\$ 2,360 trilhões. Do lado das despesas, a previsão aumentou de R\$ 2,056 trilhões para R\$ 2,077 trilhões.

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, explicou que a queda na arrecadação se deve, principalmente, a depósitos judiciais na Caixa Econômica, que somaram R\$ 12,6 bilhões. Houve, ainda, diminuição de R\$ 9 bilhões na arrecadação de Imposto de Importação (II), Imposto de Renda (IR), Cofins e Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL).

"Esse efeito inclui a redução de preços, o que diz respeito à redução de **inflação** prevista para o ano", explicou.

A elevação das despesas, por sua vez, ocorreu devido à aprovação da Lei Complementar 201, que determinou a compensação de estados e municípios pela queda na arrecadação de ICMS e a perdas de recursos dos fundos de participação. Por conta disso, a União transferiu R\$ 16,3 bilhões aos demais entes federados.

Outros R\$ 4,3 bilhões de gastos vieram com a aprovação do piso salarial da enfermagem.

O relatório apontou para um crescimento nas estimativas de despesas de R\$ 1,1 bilhão acima do permitido pelo teto de gastos - regra que ainda vigora até o fim deste ano, quando será substituída pelo novo arcabouço fiscal. Por isso, o governo precisará ampliar de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 5 bilhões o volume de recursos bloqueados no orçamento dos ministérios.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/23/all.pdf>

Governo deve fechar o ano com rombo de R\$ 177 bi

Brasília - O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê encerrar o primeiro ano de mandato com um rombo de R\$ 177,4 bilhões nas contas, uma piora em relação à estimativa anterior e ainda mais longe da meta traçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de entregar um déficit de até 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023.

Em setembro, o governo esperava um déficit de R\$ 141,4 bilhões nas contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, **INSS** e Banco Central), o equivalente a 1,3% do **PIB**. A nova projeção significa um rombo de 1,7% do **PIB**, segundo dados divulgados ontem.

Para a aferição oficial do cumprimento da meta, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$ 26 bilhões, referentes ao resgate de valores "abandonados" nas contas do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Na prática, o rombo oficial chegaria a R\$ 203,4 bilhões (1,9% do **PIB**).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza, oficialmente, um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o que corresponde a 2% do **PIB**. Portanto, os números não indicam um descumprimento formal da regra.

Em seu discurso de posse, porém, Haddad disse que não nesta quarta pela divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º bimestre.

Do lado das despesas, o governo inclusive precisou fazer um bloqueio extra para evitar o estouro do limite de gastos válido para este ano. Até setembro, R\$ 3,8 bilhões já estavam travados. Agora, o valor subiu a R\$ 5 bilhões um acréscimo de R\$ 1,1 bilhão, segundo o Executivo. Segundo o governo, houve aumento na previsão de gastos com benefícios previdenciários, além de um incremento de R\$ 4,3 bilhões para atender o mínimo da Saúde neste ano.

Houve ampliação também nas despesas com autorização legal para serem feitas fora dos limites deste ano. A principal delas é um repasse bilionário para estados e municípios, calculado em R\$ 16,3 bilhões. (Idiana Tomazelli/Folhapress)

Repasses judiciais da Caixa ficarão para 2024

Brasília - O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desistiu de contar com R\$ 12,6 bilhões em repasses de depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal para fechar as contas de 2023 e adiou essa receita para 2024. A justificativa da equipe econômica é que a transferência pode não se concretizar ainda neste ano.

O efeito colateral da decisão é conveniente à equipe econômica, uma vez que ajuda no cumprimento da meta de déficit zero no ano que vem, pressionada por frustrações nas medidas de arrecadação extra no Congresso Nacional, sem grande risco de descumprir o objetivo de 2023.

Com a retirada do valor das estimativas do Orçamento de 2023, o governo deve ter um rombo de R\$ 177,4 bilhões neste ano, ou R\$ 203,4 bilhões aos olhos do Banco Central, órgão responsável pelo cálculo oficial das estatísticas de finanças públicas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), porém, um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o que corresponde a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A iniciativa, porém, tem potencial para gerar ruído com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Os procedimentos para contabilizar novas receitas e despesas no Orçamento seguem uma série de regras e passam por uma fiscalização criteriosa do tribunal, que cobra do Executivo algum grau de segurança e rigor nas estimativas incluídas no Orçamento uma vez que elas balizam decisões como liberar ou frear gastos.

A inclusão das receitas com os depósitos, antes mesmo de a União ter certeza se o dinheiro deveria mesmo ser repassado à União, já era considerada controversa nos bastidores.

Agora, a retirada dos valores deve suscitar questionamentos de por que, em primeiro lugar, o governo decidiu contabilizá-las, apesar dos riscos.

Segundo interlocutores da equipe econômica, os valores totais dos depósitos já estão mais próximos dos R\$ 15 bilhões, mas a Caixa pediu um prazo até abril de 2024 para concluir a auditoria sobre o tema.

Dos valores já mapeados, R\$ 7,7 bilhões são "seguramente de interesse da União", ou seja, são

depósitos ligados a ações que envolvem órgãos da União e, por isso, devem ser repassados à conta única do Tesouro. (Idiana Tomazelli/ Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Taxação de fundos e "bets" avança no Senado

VICTORIA ABEL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem duas propostas da pauta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação e buscar o déficit zero em 2024, meta mantida pelo governo. Os senadores agora precisam analisar os assuntos no plenário, o que o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD), indicou que pode ocorrer na semana que vem.

Um dos projetos muda a tributação da alta renda em fundos de investimento no exterior (offshore) e exclusivos, com o qual o governo quer levantar R\$ 20 bilhões no ano que vem. O outro texto taxa as empresas de apostas on-line, esportivas ou não. As estimativas, consideradas conservadoras pelo governo, são de uma arrecadação de R\$ 2 bilhões em 2024 com a medida. O projeto sofreu modificações e precisará voltar para análise da Câmara após passar pelo crivo do plenário do Senado.

O relator Angelo Coronel (PSD-BA) diminuiu o tributo cobrado sobre o faturamento das empresas de apostas para 12%. O texto aprovado na Câmara previa uma cobrança de 18% sobre o faturamento. Além disso, o projeto traz agora a obrigatoriedade das chamadas "bets" estrangeiras terem ao menos 20% do capital nas mãos de uma empresa brasileira, o que não estava previsto no projeto da Câmara.

Coronel afirmou que as mudanças foram acordadas com as empresas e o Ministério da Fazenda.

A cobrança de Imposto de Renda ao apostador também foi alterada no Senado. A taxa, que ocorrerá para prêmios a partir de R\$ 2.112, será de 15% em cima do ganho de capital ao fim do ano -a proposta original previa um pagamento de 30% por aposta vencedora.

REGULAMENTAÇÃO AMPLA

O projeto mantém o direito à publicidade das empresas em estádios e veículos de comunicação, mas com regras, já definidas no texto da Câmara. Coronel também manteve a regularização de todos os tipos de jogos on-line, o que tende a fazer a arrecadação aumentar.

-A maioria dos senadores viu a necessidade de regularizar os jogos. Não estamos inventando os jogos. Os jogos já existem, mas na clandestinidade. Após essa aprovação, será cobrado imposto. Quem ganha é a população brasileira -disse Coronel.

O projeto também institui uma outorga inicial para autorizar os sites a funcionarem legalmente, de R\$ 30 milhões, válida por cinco anos.

Coronel aceitou uma sugestão do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) para a comercialização de apostas de quota fixa por Permissionários Lotéricos, a partir de outorgas adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O Ministério da Fazenda propôs uma divisão nas responsabilidades de distribuição das receitas com apostas, num acordo para o texto avançar. A equipe econômica propõe que o repasse para as entidades e confederações esportivas fique com o Ministério do Esporte. Áreas como educação, segurança pública, **seguridade social** e turismo também receberão os recursos.

O relator havia acrescentado um trecho que esten-

dia por mais cinco anos a isenção fiscal para projetos de modernização de portos, chamado Reporto. Após protestos de senadores, que chamaram a tentativa de jabuti, o artigo foi retirado da proposta de apostas, e a prorrogação do Reporto foi votada separadamente. O projeto que trata dos fundos voltados para a alta renda, por sua vez, não teve alterações e pode ir para sanção assim que aprovado pelo plenário do Senado.

- A Fazenda vê como demanda de urgência a aprovação do projeto. Apenas as mudanças redacionais foram discutidas com a Fazenda. Acho que será uma aprovação com quórum facilitado. É um projeto que busca a justiça tributária, na medida em que traz para a arrecadação aqueles que estavam afastados, é um projeto justo -disse o relator, Alessandro Vieira (MDB-SE).

A proposta tributa os investimentos fora do país (offshore) a uma taxa de 15%, que deverá ser paga uma vez ao ano. Para os fundos exclusivos, a taxa será de 15% em aplicações de longo prazo e de 20% para fundos de curto prazo. Nesta modalidade, a cobrança ocorrerá duas vezes ao ano. Hoje, só há

pagamento de imposto no resgate.

Os investidores também precisarão pagar o imposto sobre a aplicação acumulada nos fundos, chamada de estoque. Para aqueles que fizerem o pagamento antecipado, até dezembro deste ano, a taxa será de 8%.

Especialistas ressaltam que esse projeto é importante não apenas pelo que vai acrescentar na arrecadação do governo, mas por alinhar a tributação de grandes investidores aos fundos tradicionais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Comissão do Senado aprova taxaço de fundos exclusivos

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem três projetos que aumentam a arrecadação de **impostos** por meio de mudanças na taxaço de fundos de investimentos exclusivos e offshores (empresas no exterior), das empresas de vídeo por demanda, os streamings, e também das apostas esportivas online, as chamadas bets.

O projeto de lei que trata dos fundos exclusivos, que exigem um investimento mínimo de R\$ 10 milhões, e das offshores, que são empresas no exterior que administram fundos de investimentos, faz parte da estratégia do governo federal de aumentar a arrecadação de **impostos** aumentando os **tributos** dos mais ricos do Brasil. A estimativa é arrecadar R\$ 13 bilhões somente em 2024. Hoje, esses fundos só pagam Imposto de Renda na hora de sacar o dinheiro, enquanto os demais fundos do país pagam imposto todo semestre, cobrança conhecida como "come-cotas".

Pelo projeto aprovado, as regras dos fundos exclusivos serão igualadas às dos demais fundos. Com isso, os super-ricos pagarão o co-me-cotas a partir de 2024 de 15% sobre o rendimento para fundos de longo prazo, sendo 20% no caso dos investimentos de até 1 ano (curto prazo). Os fundos serão tributados a cada 6 meses. Quem optar por começar a pagar a alíquota neste ano ganha um desconto, pagando apenas 8% sobre todo o rendimento que o fundo teve até o momento, contra os 15% ou 20% de quem não aderir a antecipação. Apenas 2,5 mil brasileiros aplicam em fundos exclusivos, que somam R\$ 756 bilhões em patrimônio.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_B7A7EB7FA67DC9F7841FC838081806D257F4F50A22C1FF17DEE1D6FB5F9E3D856BBEC6DB75C6F225F4E0F6681187689A6F8FE66F3E8FC8E8E571D4C3F4C0CF3349240435D63A4BC7258D4825547AA6D927F6A3F4C1E752C127E80AF1485EB9B3E08BA9DD25346E2CD0B554021C9DB05484D2D33D0F373D8E51711

Comissão do Senado aprova taxaço de super-ricos e offshores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou nessa quarta-feira (22/11) o relatório do projeto de lei sobre a tributação dos chamados fundos exclusivos, usados por super-ricos, e das offshores, que são as empresas sediadas fora do Brasil. Votaram contrário os senadores Carlos Viana (Pode-mos-MG) e Carlos Portinho (PL-RJ). Agora o texto segue para ser analisado no plenário do Senado.

O relator da matéria, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), fez apenas alterações de redação na proposta aprovada pela Câmara em outubro deste ano, mas não mudou o principal conteúdo do texto. A taxaço desse público tem sido encarada como uma das prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A finalidade é aumentar a arrecadação num momento em que é questionada a manutenção da meta de déficit zero das contas públicas em 2024. A pasta estima que será possível recolher cerca de R\$ 20 bilhões com os **tributos**. O montante é considerado essencial pelo governo para que a União alcance a meta estabelecida por Haddad de déficit zero nas contas públicas do próximo ano.

O texto define que os lucros obtidos com recursos em offshores serão tributados em 15% sobre os ganhos, uma vez por ano, independentemente de o indivíduo resgatar ou não esses investimentos e trazê-los ao Brasil. O percentual é menor do que o desejado pelo governo e ao que era previsto na primeira versão do relator, que podia chegar a 22,5%. Além disso, segundo o texto, os fundos exclusivos pagarão a alíquota de 15% sobre os rendimentos a ser paga nos meses de maio e novembro de cada ano. Atualmente, a tributação ocorre somente quando o lucro obtido com investimentos no exterior é transferido para a pessoa física no Brasil. Ou seja, se a pessoa decidir manter os recursos no exterior, a tributação pode ser postergada ou nunca acontecer.

"Volto a reiterar a importância do projeto como um passo importante na justiça tributária do Brasil. Garantir tributação em parâmetros absolutamente compatíveis com a média internacional daqueles que mais recebem, mais tem recursos para contribuir com o nosso país", disse o relator na sessão desta quarta. A discussão da matéria foi interrompida momentaneamente para que o relator discutisse com senadores que apresentaram destaques, na tentativa

de costurar um acordo. Na retomada da apreciação da matéria, Vieira anunciou que iria acatar os ajustes de redação propostos pelos senadores. Com isso, os destaques foram retirados.

Apostas online

Outro texto que também foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado foi o projeto de lei das apostas esportivas. A aprovação ocorreu com uma redução da taxa para as empresas e a criação de uma faixa diferente para os jogadores. No entanto, foi mantido o trecho que enquadra na categoria de aposta de alíquota fixa, aquela utilizada em eventos esportivos, os eventos virtuais. A situação abre brecha para a instalação de cassinos online no país. Além disso, também foram acrescentados à lista dos órgãos que receberão recursos o Ministério da Saúde e o Sistema de Monitoramento de Fronteiras, ligado à Defesa.

O relatório do senador Angelo Coronel (PSD-BA) prevê uma alíquota de 12% sobre a arrecadação das casas de aposta, a proposta que havia aprovada na Câmara propunha 18%. Para os usuários, foi estipulada taxaço de 15%, recolhida anualmente por meio do Imposto de Renda. Em razão da redução, a distribuição dos recursos foi alterada. Quando o projeto passou na Câmara dos Deputados, dois ministérios controlados pelo centrão foram beneficiados: Esporte e Turismo. O primeiro teve sua verba ampliada e o segundo, que não constava no texto inicial, foi acrescido após o debate entre os parlamentares.

Com a passagem do texto pelo Senado, houve redução da taxa global de arrecadação, passando de 18% para 12%. Porém, foram acrescentados outros agentes entre os contemplados pelo montante, como o Ministério da Saúde, que não estava contemplado, e vai receber 1%. Também será beneficiada a Cruz Vermelha. Outro repasse acrescido foi ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, ligado ao Ministério da Defesa. O projeto também seguirá para o plenário da Casa, mas como sofreu alterações, se aprovado, precisará ser votado mais uma vez pela Câmara.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/23-11-2023-edicao24709/>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 23/11/2023 - 07:15
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (23) a parcela de novembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5. Pelo segundo mês seguido, o benefício tem um adicional para mães de bebês de até seis meses de idade.

Chamado de Benefício Variável Familiar Nutriz, o adicional corresponde a seis parcelas de R\$ 50 para garantir a alimentação da criança. Com o novo acréscimo, que destina R\$ 16,8 milhões a 349 mil mães neste mês, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informa que está concluída a implementação do novo Bolsa Família.

Além do novo adicional, o Bolsa Família paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 677,88. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,18 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,26 bilhões.

De 11 a 15 de outubro, ocorreu a segunda etapa da qualificação automática de dados do Cadastro Único, que integra os dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 571,34 mil famílias foram excluídas do programa em novembro por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 260 mil famílias passaram a fazer parte do programa em novembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda,

mas não recebem o benefício. Desde março, 2,66 milhões de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Regra de proteção

Cerca de 2,54 milhões de famílias estão na regra de proteção em novembro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,52.

Reestruturação

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em dezembro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como

mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

Calendário de pagamento já está disponível

O calendário de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para o próximo ano já está disponível. A primeira parcela ou cota única vencem em 13 de maio para os imóveis que têm inscrição com final 1 ou 2. A portaria que fixa as datas de vencimento das parcelas do imposto e da Taxa de Limpeza Pública (TLP) foi publicada ontem no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) desta terça-feira.

A Secretaria de Fazenda (Sefaz) lembra que, conforme a portaria nº 393, de 17 de novembro deste ano, o IPTU poderá ser pago em até seis parcelas iguais e sucessivas, não podendo o valor de cada uma ser inferior a R\$ 20, abrangendo ambos os **tributos**.

Caso a soma do valor do IPTU e da TLP seja inferior a R\$ 40, o pagamento deverá ser feito em cota única.

As datas de vencimento das parcelas dos **tributos** ficam definidas conforme o algarismo final (dígito verificador) da inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário do Distrito Federal (CIDF). Confira abaixo o cronograma de pagamento.

Na última sexta-feira (17), também foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) a portaria que fixa as datas de vencimento das parcelas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), conforme o algarismo final da placa do veículo, para o exercício de 2024.

A Portaria nº 337, de 14 de novembro de 2023, determina que o IPVA poderá ser pago em até seis parcelas sucessivas e de iguais valores, não podendo cada valor ser inferior a R\$ 50. No caso de o IPVA ser inferior a R\$ 100, o pagamento deverá ser feito em cota única.

Calendário INSS de novembro: veja datas de pagamento da aposentadoria

Do UOL, em São Paulo 23/11/2023 05h00

O Ministério da **Previdência Social** anunciou o calendário de pagamentos dos benefícios do **INSS** referentes a novembro, atingindo 37 milhões de aposentados e pensionistas em 2023. Os depósitos têm início nesta sexta-feira (24), variando as datas conforme o valor do benefício.

Para verificar a data de pagamento, basta observar o número final do cartão de benefício, desconsiderando o último dígito verificador após o traço.

Por exemplo, se o cartão termina em 123456789-0, o número 9 determina a data.

Confira as datas de pagamento do **INSS** para novembro, agrupadas de acordo com o valor do benefício:

Até 1 salário mínimo:

Acima de 1 salário mínimo:

Os segurados podem verificar o extrato do **INSS** por meio do aplicativo e do site Meu **INSS**, utilizando a conta Gov.br para login.

Tanto no aplicativo quanto no site, é possível conferir o extrato de pagamento, valores a receber no próximo calendário, datas de pagamento, agendar ou remarcar perícias, além de acessar outros serviços relacionados aos benefícios.

Além das diversas modalidades de aposentadoria, o **INSS** abrange benefícios como auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensões, salários família e maternidade, pecúlio e seguro-defeso.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/11/23/calendario-inss-novembro-23-11.htm>

Juro do consignado do INSS

(Gabriel Neves, sob supervisão de Edna Simão)

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, disse que deve haver uma nova redução nos juros do consignado do **INSS**. "Nós anunciamos um teto, que é 1,84%, e vai baixar", afirmou ontem durante o programa "Bom dia, ministro". O limite atual dos juros do consignado foi aprovado no começo de outubro pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS).

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187720>

Nova redução nos juros do consignado

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, disse ontem que deve haver uma nova redução nos juros do consignado do **INSS**. "Nós anunciamos um teto que é 1,84% e vai baixar", afirmou durante o programa "Bom dia, ministro".

O limite atual dos juros do consignado foi aprovado no começo de outubro pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS).

Segundo Lupi, uma das preocupações da pasta é com a falta de educação financeira. Ele lembrou ainda que na plataforma online

"Meu **INSS**" tem "todas as taxas de todos os 27 bancos que fazem empréstimo consignado para a pessoa fazer a comparação".

"Hoje tem bancos que cobram 1,40% a 1,45% por mês [taxas], que dá ao ano em torno de 21% a 22% - o que é uma taxa razoável. Então compare. Se o banco está cobrando demais - o teto hoje é 1,84% e muitos bancos só cobram o teto -, vá para um banco que está cobrando 1,45%. Parece besteira, mas no final é juros sobre juros", disse Lupi.

Promessa de liberar benefício em 30 dias

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse ontem que, até dezembro de 2024, a pasta pretende atender a todos os pedidos de benefícios em um prazo máximo de 30 dias. A legislação brasileira prevê que o atendimento aconteça em até 45 dias. Entretanto, segundo o próprio Lupi, atualmente, apenas 55% das pessoas são atendidas nesse prazo.

"Até dezembro, nossa intenção é colocar todo mundo em 45 dias de espera. Para que, no ano que vem, comecemos a pensar em um novo modelo, um modelo mais ágil, mais rápido. Estamos trabalhando para isso", afirmou, ao participar de entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

De acordo com o ministro, em janeiro deste ano, quando o presidente Lula (PT) assumiu o governo, o percentual de pedidos de benefícios atendidos em até 45 dias era de cerca de 30%. "Estamos afinando", disse.

"Nossa intenção é colocar todo mundo em 45 dias até dezembro. Claro que você só tem o balanço de dezembro em janeiro, porque tem que esperar o mês terminar. Mas a nossa intenção é essa. E eu sou um pouco ousado: pretendo que, no ano de 2024, tenhamos todos numa fila de 30 dias. Até o final do ano que vem. Para isso, a gente está fazendo uma série de medidas."

ATESTMED

Lupi lembrou que segurados do **INSS** que precisam solicitar o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) podem fazer o requerimento por meio de análise documental e ter o benefício concedido de forma mais rápida, sem passar pela perícia médica. O processo, que recebeu o nome de Atestmed, pode ser feito por meio do site ou do app MeuINSS.

"O atestado que você tem como cidadão, particular, com CRM, ou do SUS ou de qualquer hospital público, serve como atestado para você tirar a sua licença até 90 dias, provisória, e receber pela **Previdência Social**", disse. "Não precisa ter que ir pra perícia pra fazer um novo exame. Já está o exame ali, já está constatado pelo médico, nós confiamos nos médicos brasileiros. Isso já melhora bastante o fluxo da fila. A perícia só vai entrar quando esse prazo é maior, quando é uma coisa mais grave," explicou o ministro Carlos Lupi. (Agência Brasil)

Carlos Lupi reforçou que o auxílio-doença pode ser solicitado sem a perícia médica

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/11/promessa-de-liberar-beneficio-em-30-dias.html>

Justiça libera valores atrasados

Leticia Lopes

Aposentados e pensionistas que tiveram decisões favoráveis na Justiça Federal em outubro deste ano para concessão ou revisão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão receber os valores devidos em breve. O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 2,1 bilhões para o pagamento de atrasados a um total de 133.515 beneficiários da **Previdência Social** em todo o país.

Esse montante destinado a segurados do **INSS** representa 84% de um total de R\$ 2,55 bilhões liberados pelo CJF neste mês para o pagamento das chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs) - indenizações a serem quitadas pelo governo federal de até 60 salários mínimos (RS 79.200). Nestas ações, já não há chance de recurso. Neste mês, no total, 218.261 pessoas serão beneficiadas. Portanto, aposentados e pensionistas do **INSS** (133.515) são maioria.

O dinheiro liberado pelo CJF é distribuído aos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país, aos quais cabe, segundo cronogramas próprios, fazer os depósitos das quantias devidas.

RS 169 MILHÕES Somente no caso do TRF-2- que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo -, serão contemplados 10.472 beneficiários, incluídos em 7.672 processos, com direito a receber um montante total de RS 169,7 milhões.

Os créditos são feitos em contas abertas pelo próprio TRF-2 no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, em nome dos ganhadores das ações. Vale destacar ainda que os herdeiros de beneficiários que já faleceram também fazem jus ao pagamento dos atrasados, desde que comprovem legalmente o vínculo. O dia do depósito dos valores ainda será divulgado.

Espera de até 45 dias a partir de dezembro

O governo federal quer que até dezembro os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tenham seus pedidos de benefício atendidos dentro de até 45 dias, como prevê a lei. Atualmente, apenas 55% dos requerimentos são analisados dentro do prazo. As informações são da Agência Brasil.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou ontem que o plano é, até dezembro de 2024,

atender todos os pedidos de aposentadoria, pensão e auxílios em até 30 dias, ou seja, 15 dias a menos que o prazo legal: -Até dezembro, nossa intenção é colocar todo mundo em 45 dias de espera. Para que, no ano que vem, comecemos a pensar em um novo modelo, um modelo mais ágil, mais rápido. Estamos trabalhando para isso.

De acordo com informações do Portal da Transparência Previdenciária, a fila do **INSS** tem 1,6 milhão de pedidos aguardando análise. As informações dizem respeito aos números de setembro, os mais recentes divulgados pelo governo.

SAIBA SE VOCÊ TEM DIREITO

COMO CONSULTAR

As datas de liberação dos valores para saque são definidas por cada um dos TRFs. Para verificar se está no próximo lote de atrasados, o beneficiário do Rio ou do Espírito Santo deve acessar o site portaleproc.trf2.jus.br. Na página, procure o campo "Consulta Pública de Precatórios", onde você encontrará a "Consulta Precatórios e RPVs". Após clicar nesta opção, é preciso Informar o CPF do beneficiário e preencher somente um dos campos- "NQ de registro de precatório ou RPV", "NQ do processo de origem" ou "NQ da requisição (9 ou 11 dígitos)" -para concluir a consulta.

DOCUMENTAÇÃO

Para facilitar a pesquisa na página do Tribunal, o segurado do **INSS** deve ter em mãos o número de requerimento do processo, seu número de CPF ou o número da ação Judicial.

RS 79.200 O pagamento por beneficiário será de até 60 salários mínimos. Não cabe mais recurso

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

INSS: pedidos de benefícios devem ser atendidos em até 30 dias em 2024

Agência Brasil

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse nesta quarta-feira (21) que, até dezembro de 2024, a pasta pretende atender a todos os pedidos de benefícios em um prazo máximo de 30 dias. A legislação brasileira prevê que o atendimento aconteça em até 45 dias. Entretanto, segundo o próprio Lupi, atualmente, apenas 55% das pessoas são atendidas nesse prazo.

"Até dezembro, nossa intenção é colocar todo mundo em 45 dias de espera. Para que, no ano que vem, comecemos a pensar em um novo modelo, um modelo mais ágil, mais rápido. Estamos trabalhando para isso", afirmou, ao participar de entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

De acordo com o ministro, em janeiro deste ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo, o percentual de pedidos de benefícios atendidos em até 45 dias era de cerca de 30%. "Estamos afunilando", disse.

"Nossa intenção é colocar todo mundo em 45 dias até dezembro. Claro que você só tem o balanço de dezembro em janeiro, porque tem que esperar o mês terminar. Mas a nossa intenção é essa. E eu sou um pouco ousado: pretendo que, no ano de 2024, tenhamos todos numa fila de 30 dias. Até o final do ano que vem. Para isso, a gente está fazendo uma série de medidas." Atestmed - Lupi lembrou que segurados do **INSS** que precisam solicitar o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) podem fazer o requerimento por meio de análise documental e ter o benefício concedido de forma mais rápida, sem passar pela perícia médica. O processo, que recebeu o nome de Atestmed, pode ser feito por meio do site ou do app MeuINSS.

"O atestado que você tem como cidadão, particular, com CRM, ou do SUS ou de qualquer hospital público, serve como atestado para você tirar a sua licença até 90 dias, provisória, e receber pela **previdência social**", disse.

"Não precisa ter que ir pra perícia pra fazer um novo exame. Já está o exame ali, já está constatado pelo médico, nós confiamos nos médicos brasileiros. Isso já

melhora bastante o fluxo da fila. A perícia só vai entrar quando esse prazo é maior, quando é uma coisa mais grave," explicou o ministro.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/diariodaregioao/index.jsp?serviceCode=login&numero=21382&edicao=131273>

STF retoma julgamento da revisão da vida toda do INSS no plenário virtual (Previdência)

Cristiane Gercina

O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma nesta sexta-feira (24) o julgamento da revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O caso será analisado no plenário virtual da corte e tem prazo final na próxima sexta-feira, 1º de dezembro.

Neste tipo de correção da renda da aposentadoria -já aprovada pelo STF-, aposentados pedem para incluir no cálculo de seu benefício valores pagos em outras moedas, e não só em reais, o que pode aumentar a aposentadoria. A correção foi aprovada em dezembro do ano passado, por 6 votos a 5.

A expectativa é pelo voto do ministro Cristiano Zanin, que havia pedido vista em 15 de agosto para analisar melhor o caso. Novo na corte, Zanin devolveu o processo no início de novembro.

Na decisão de dezembro de 2022, os ministros decidiram que há direito de corrigir a renda, incluindo salários antigos na aposentadoria, em outras moedas, como uma correção à reforma da Previdência de 1999, realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O acordão publicado em abril confirmou a tese que diz que "o segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável".

Segundo o advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin, o ministro Zanin tem se mostrado muito técnico. Com isso, "preza muito pela segurança jurídica" e não deve tomar nenhuma decisão que possa prejudicar o que já foi definido pelo STF.

"Qualquer modulação prejudicando os aposentados vai contra a jurisprudência do Supremo, vai contra a lei de benefícios do **INSS**."

Badari diz que uma das expectativas é sobre o pagamento dos valores atrasados. A lei garante os

retroativos de até cinco anos antes ao início da ação. Os debates giram em torno da data de referência da revisão, que foi aprovada em primeiro lugar no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e, anos depois, no STF.

Antes de se aposentar, a ministra Rosa Weber antecipou seu voto na ação. Rosa divergiu em partes do voto do relator, Alexandre de Moraes, que já havia se posicionado. Para ela, a data de referência da revisão é 17 de dezembro de 2019, e não 1º de dezembro de 2022, quando Supremo julgou a medida.

Segundo ela, quem entrou com a ação até 26 de junho de 2019 tem direito aos atrasados referentes aos últimos cinco anos da data de início da ação. Já o segurado que entrou com ação no Judiciário após 26 de julho de 2019 terá os valores retroativos a partir de 17 de dezembro de 2019.

Tanto Rosa quanto Moraes limitaram o pedido de ações rescisórias, que seriam processos judiciais contra decisões que já transitaram em julgado. Para eles, há casos em que não cabe mais esse tipo de ação com base na tese firmada pelo Supremo.

A AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o **INSS** na Justiça, pediu para que os valores passassem a ser calculados a partir da data de publicação do acórdão, que foi 13 de abril deste ano.

A AGU faz ainda outros pedidos, já negados pelos dois ministros, mas que podem ser aprovados pelos outros. O **INSS** alega que há dificuldade para pagar a correção, porque teria de rever mais de 88 milhões de benefícios.

Tem direito à revisão da vida toda o segurado que se aposentou nos últimos dez anos, desde que seja com as regras anteriores à reforma da Previdência, instituída pela emenda 103, em 13 de novembro de 2019. É preciso, ainda, que o benefício tenha sido concedido com base nas regras da lei 9.876, de 1999.

O motivo é que a reforma da Previdência de 1999, realizada no governo FHC, alterou o cálculo da média salarial, garantindo aos novos segurados regras melhores do que para os que já estavam em

contribuição com o **INSS**.

Pela lei, quem era segurado do **INSS** filiado até 26 de novembro de 1999 tem a média salarial calculada com as 80% das maiores contribuições feitas a partir de julho de 1994. Mas quem passou a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999 e atingiu as condições de se aposentar até 12 de novembro de 2019 tem a média calculada sobre os 80% maiores salários de toda sua vida laboral.

A reforma de 2019 mudou isso. Quem atinge as condições de se aposentar a partir do dia 13 de novembro de 2019 tem a média salarial calculada com todas as contribuições feitas a partir de julho de 1994.

A correção, no entanto, é limitada. Ela compensa para quem tinha altos salários antes do início do Plano Real. Trabalhadores que ganhavam menos não terão vantagem. A revisão surgiu após erro da reforma da Previdência de 1999, que garantiu regras melhores a novos segurados em detrimento de quem já pagava o **INSS**.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/stf-retoma-julgamento-da-revisao-da-vida-toda-do-inss-no-plenario-virtual.shtml>

Mudança na pensão por morte pode ser revista

São Paulo - As mudanças na pensão por morte do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) feitas pela reforma da Previdência de 2019 podem ser revistas pelo Ministério da **Previdência Social**, segundo o ministro Carlos Lupi.

Um grupo de trabalho do ministério estuda alterações na Emenda Constitucional 103, de novembro de 2019, e deve apresentar os primeiros resultados em 2024, afirmou Lupi em entrevista ao programa Bom dia, Ministro na manhã de ontem.

"Nós queremos discutir o que foi essa reforma e ver os pontos que precisam ser corrigidos para não piorar cada vez mais o sofrimento do povo brasileiro. Isso deve acontecer no próximo", disse Lupi.

O foco principal é o cálculo da pensão, que sofreu redução e 40% com a reforma de 2019. A nova regra, no entanto, foi validada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento neste ano. Os ministros consideraram que as alterações no benefício são constitucionais ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI).

A pensão por morte paga hoje uma cota familiar de 50% sobre o benefício do segurado que morreu, caso ele estivesse aposentado, ou sobre a aposentadoria por invalidez a que ele teria direito, mais 10% por dependente, até o limite de 100%. Antes da reforma, a pensão correspondia a 100% do benefício.

Uma viúva sem filhos recebe 60% e esse exemplo foi usado por Lupi para explicar o motivo de debaterem o tema no ministério.

"Eu dou um exemplo prático. Você, uma dama, se o seu parceiro morre amanhã você vai receber 60% da renda dele. Eu pergunto: é justo isso? Eu quero discutir isso, eu quero discutir se a **Previdência Social** é apenas um número frio, se ela não está lidando com o ser humano, com vida, com distribuição de renda", afirmou.

O ministro não deu mais detalhes do que pode se revisto, mas disse que os pontos em debate devem ser levados ao Conselho Nacional da **Previdência Social**, hoje composto por representantes do governo, dos trabalhadores e de empregadores.

Concurso - Lupi disse que pretende convocar em 2024 parte do cadastro de reserva de 1.800 aprovados no último concurso público, realizado em 2022. Segundo ele, ao todo, já foram contratados 1.250 novos servidores para o **INSS**.

"Já chamamos 1.250 concursados para iniciar. Ainda tem cerca de 1.800 neste cadastro de reserva. Só posso começar a mexer nisso a partir do ano que vem."

O concurso para peritos médicos deverão ter entre 650 ou 660 vagas, segundo Lupi, e deve ser feito no primeiro semestre do ano que vem. As chances, no entanto, serão destinadas a médicos em localidades longe das capitais, para suprir o déficit. (Cristiane Gercina/Folhapress)

Teleperícia deverá ser implantada em 2024

São Paulo - O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, prometeu para 2024 a implantação da teleperícia, que será a realização de exames periciais on-line, por meio de consultas por celular ou computador, conforme lei sancionada na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida enfrenta resistência dos peritos médicos, que a chamam de ilegal e afirmam haver maior probabilidade de fraudes ou erros nos diagnósticos, resultando em negativas ou concessões indevidas. "A telemedicina é o mecanismo que vamos usar a partir do ano que vem, o mais moderno do mundo. Com a pandemia a telemedicina foi uma luz para salvar muitos e muitos cidadãos no mundo todo", argumentou.

Na teleperícia, o perito médico poderá atender o segurado por meio de uma central, que será a própria agência do **INSS**, e fazer a avaliação online, em consulta por computador ou no celular. Se entender que há o direito do benefício por incapacidade, é feita a liberação. "Esse é um mecanismo que veio para ficar", afirmou.

Fila - Sobre a fila do **INSS**, hoje com 1,635 milhão de segurados à espera do benefício, Lupi disse que a meta é reduzir a maioria dos pedidos para uma espera de até 45 dias, conforme prevê a lei. Ele citou algumas medidas adotadas pelo ministério, como o envio de

atestado médico pelo Atestmed para liberação do auxílio-doença sem necessidade de exame presencial.

O ministro culpou a gestão anterior pelo número de segurados na fila, disse que hoje entram cerca de 900 mil a 1 milhão de pedidos de aposentadorias e pensões todos os meses no **INSS** e afirmou que a redução no quadro de funcionários tem prejudicado o andamento das análises.

Números apresentados por ele mostram diminuição de 50% no total de servidores administrativos e de peritos em cerca de 20 anos. Em 2003, no primeiro mandato de Lula, eram 40 mil administrativos e 7.500 peritos médicos, hoje, há cerca de 20 mil e 3.500, respectivamente, disse Lupi. (Cristiane Gercina/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Fim de semana de mutirões

O próximo fim de semana será de mais mutirões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para atender segurados que deram entrada no pedido de concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os serviços vão ocorrer no sábado, nas Agências da **Previdência Social** (APS) Avenida Brasil, em Irajá, Zona Norte, além de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, as duas na Baixada Fluminense.

Ao todo, serão 155 vagas para análise social de segurados feitas por assistentes sociais, em Irajá e Nova Iguaçu, e outras 67 vagas de perícia médica para concessão de BPC, somente na APS Duque de Caxias.

Os agendamentos prévios das vagas para Nova Iguaçu e para as 30 vagas oferecidas em Irajá com assistentes sociais podem ser feitos pelo app Meu **INSS** e pela Central 135.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/11769/23-11-2023.html>

Auxílio-reclusão: veja valores, requisitos e como solicitar

O auxílio-reclusão é um tema envolto em polêmicas e frequentemente cercado por informações equivocadas. Por isso, o Terra resolveu desmistificar o benefício, abordando desde sua origem até os requisitos necessários para obtê-lo.

Além disso, apresentaremos o valor em 2023 e as instruções para solicitar o auxílio-reclusão de forma descomplicada pela internet.

Quem criou o auxílio-reclusão?

Contrariando uma fake news que atribui a criação do auxílio-reclusão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o benefício foi instituído pelo ex-chefe de Estado Getúlio Vargas, em 1933, por meio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Inicialmente destinado a trabalhadores da navegação, somente em 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi ampliado para a população geral. Depois, a medida tornou-se um direito assegurado pela Constituição Federal em 1988.

Requisitos para ter o auxílio-reclusão

Para ter acesso ao auxílio-reclusão, alguns requisitos devem ser atendidos:

Valor do auxílio-reclusão em 2023

O valor máximo do auxílio-reclusão é equivalente a um salário mínimo, ou seja, R\$ 1.320 em 2023. Essa quantia visa garantir o suporte financeiro necessário aos dependentes do segurado durante o período de reclusão.

Quem tem direito a receber?

O auxílio-reclusão é destinado a:

Por quanto tempo recebe?

A duração do auxílio-reclusão está vinculada ao tempo de reclusão do segurado. Assim que a pessoa recupera a liberdade ou não cumpre mais pena em regime fechado ou semiaberto, o benefício é cessado.

Como solicitar o auxílio-reclusão?

A solicitação do auxílio-reclusão pode ser feita de maneira simples e rápida pelo site do Meu **INSS**.

Siga o seguinte passo a passo:

Para orientações mais detalhadas, siga o tutorial disponibilizado no site do governo federal.

O governo alerta que, periodicamente, é necessária a apresentação da Declaração de Cárcere para confirmar se o segurado continua preso e assim, garantir a manutenção do pagamento do auxílio.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/auxilio-reclusao-veja-valores-requisitos-e-como-solicitar,b77099bf483c32e0573e2e082bde71e2w9xamm0e.html>

Nova contratação de jovens e cinquentões

Gustavo Andrade

Empresários do Estado saíram em defesa de uma mudança na lei para permitir a contratação temporária de jovens de 18 a 29 anos e maiores de 50.

Eles elogiaram a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados nesta semana, que permite, ainda, um percentual menor de depósito no Fundo de Garantia do Tempo de Servido (FGTS) e contribuição à **Previdência Social** na concessão de primeiro emprego aos jovens.

A proposta permite contratos com vigência de até 24 meses e carga horária de 8 horas diárias e 44 semanais, com redução da jornada para estudantes. As empresas só poderão ter até 20% dos empregados nessa modalidade, mas só se essa versão do texto também for aprovada no Senado.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fines), Fernando Otávio Campos, disse que o projeto é positivo e que "na nossa visão é uma excelente oportunidade de inserção no trabalho de profissionais ainda sem experiência e para os mais velhos que vão precisar de se atualizar para novos postos de trabalho".

Segundo Campos, a segurança jurídica aliada à redução de custos permite compensar as empresas que precisarão investir em capacitação para estes profissionais e o formato também impulsiona à volta aos estudos destes profissionais.

O empresário Apoio Figueiredo Rizk, do Grupo Contauto, disse que vê a proposta com bons olhos.

"Depende do que cada empresa está buscando no momento e dos benefícios para que vai contratar e quem está buscando oportunidade. Sabemos que é preciso dar oportunidade para o jovem buscar a primeira experiência e para os mais experientes, que sempre têm muito a contribuir", disse.

A Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), que se manifestou por meio do assessor jurídico Júnior Fiorotti, também avalia de forma positiva.

"A Acaps é favorável ao projeto e vemos como vantajoso para incentivar as contratações, principalmente daqueles que buscam a primeira experiência. O projeto é grande incentivo para as empresas. Esperamos que seja aprovado no Senado",

enfatizou.

Fiorotti disse que ter até 20% dos empregados na modalidade, além da redução do FGTS, é um grande avanço, que será positivo para empregadores e empregados.

APOLO RIZK disse que é preciso dar chance aos Jovens e também aos mais experientes, que têm muito a contribuir

ENTENDA

Depósito de 2% do salário no FGTS

A proposta

O PROJETO DE LEI propõe contratos com prazo mínimo de seis meses e até três prorrogações - com limite máximo de 24 meses de contratação. Trabalhadores com 50 anos ou mais e sem vínculo formal de trabalho há mais de um ano também poderão ser enquadrados.

PARA AMBOS os grupos, não serão considerados como vínculo formal os contratos de experiência, trabalho intermitente e trabalho avulso, de acordo com o texto.

ALEM DISSO, o projeto, que retomará ao Senado, também diminui o recolhimento do FGTS e da **Previdência Social** pelo empregador no 1º emprego de jovens de 18 a 29 anos.

NESSAS CONTRATAÇÕES, a alíquota do FGTS devida pelo empregador passará de 8% para 2% no caso da microempresa; para 4% se empresa de pequeno porte, entidade sem fins lucrativos, entidade filantrópica, associação ou sindicato; e para 6% no caso das demais empresas. A indenização na demissão sem justa causa segue a legislação.

JÁ A CONTRIBUIÇÃO ao **INSS** passa de 20% para 10% do salário. As empresas só poderão ter até 20% dos empregados na modalidade.

NO CASO dos jovens, o projeto exige que o candidato esteja regularmente matriculado em curso de educação superior, educação profissional e tecnológica ou educação de jovens e adultos. Poderão ser contratados ainda aqueles que tenham concluído o ensino superior ou a educação profissional e tecnológica

A PROPOSTA é do governo Jair Bolsonaro e não tem apoio da atual gestão, mas pode se tornar válida caso seja aprovada também pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara, pesquisa AT.

Sinais negativos

O governo aumentou para R\$ 177,4 bilhões a projeção de saldo negativo nas contas públicas neste ano. A informação está no Relatório de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre. Na estimativa anterior, divulgada em setembro, o relatório apontava para um déficit de R\$ 141,4 bilhões.

Essa nova projeção corresponde a 1,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), resultado bastante superior à meta estabelecida pelo governo para 2023 e se refere ao chamado governo central, que inclui as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central.

Ao apresentar o relatório, o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, comentou que houve queda de R\$ 22,2 bilhões na arrecadação, ao passo que as despesas aumentaram 21,9 bilhões. Segundo Bijos, a queda na arrecadação se deve, principalmente, a depósitos judiciais da Caixa Econômica. Houve ainda diminuição de R\$ 9 bilhões na arrecadação do Imposto de Importação (II), Imposto de Renda (IR), Cofins e CSLL. "Esse efeito inclui a redução de preços, o que diz respeito à redução de **inflação** prevista para o ano", explicou o secretário.

Do lado das despesas, Bijos esclareceu que a queda se deve aos efeitos da Lei Complementar 201, que determinou a compensação para estados e municípios, tanto pela queda na arrecadação de ICMS como pelos fundos de participação dos estados e dos municípios, com repasse total de R\$ 16,3 bilhões. Outros R\$ 4,3 bilhões de perdas também estão relacionados à Lei 201, por conta do aumento estabelecido para o salário mínimo da saúde.

Impostos dos ricos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, ontem, por votação simbólica, o Projeto de Lei que trata da tributação de investimentos no exterior. O relator, Alessandro Vieira (MDBSE), manteve as alterações feitas na Câmara, com a redução de 10% para 8% da alíquota proposta pelo governo para quem antecipar a atualização do valor dos rendimentos acumulados até 2023. Ele também manteve a alíquota linear de 15% sobre os rendimentos, em lugar da progressão de 0% a 22,5% prevista no projeto original.

O governo trabalhava para aprovar o Projeto de Lei no plenário ainda ontem, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prometeu agendar a

votação para, no máximo, terça-feira (28).

A preocupação dos senadores da base é que boa parte dos parlamentares participarão, na próxima semana, da Conferência do Clima, Cop 28, nos Emirados Árabes. (EL)

Lei que veda contratação de condenados por racismo é publicada no Diário Oficial

MAURÍCIO VIANA*

A lei que veda a nomeação de pessoas condenadas por crimes de racismo e injúria racial para cargos públicos foi sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) ontem. Comemorada pelos setores públicos e sociais de combate ao racismo, a decisão foi assinada pelo governador Jerônimo Rodrigues, após a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovar por unanimidade a proposta da deputada estadual Fabíola Mansur (PSB).

A partir de agora, a Lei Nº 14.631/2023 relata que ninguém punido por decisão judicial ou por órgão colegiado, até o cumprimento da pena, poderá exercer cargo, emprego ou função pública na administração direta e indireta do Estado da Bahia. A medida vale para casos relacionados com a Lei Federal nº 7.716/1989 - Lei do Racismo, e o artigo 140, § 3 do Código Penal - Injúria Racial. O crime é inafiançável e imprescritível.

"Uma sociedade estruturalmente racista permite que as instituições perpetuem esse racismo, com a crença do racismo individual de uma superioridade de uma raça em relação a outra. Então, a lei trabalha de dentro das instituições a partir de ações oficiais. O racismo continua sendo reproduzido. É mais uma vitória e um instrumento para luta, mas não basta por si só", afirma a vice-presidente da comissão da Igualdade Racial na Ordem dos Advogados do Brasil seção Bahia (OAB-BA) e presidente do Coletivo da Advocacia Negra Esperança Garcia Luiz Gama, Gaby Maffei.

Também membro do coletivo, o fundador Samuel Vida lembra que essa lei é uma resposta da demanda da sociedade civil para casos anteriores de nomeações de condenados por racismo. Por exemplo, Emilson Piau foi exonerado por pressão popular após assumir um cargo na Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (Sudesb) neste ano, mesmo tendo sido condenado por injúria racial em 2021 quando integrava o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), onde teria dito para servidores que um cargo de coordenação não deveria ser ocupado por pessoas negras.

"Isso produziu uma polêmica com várias denúncias e críticas lideradas por entidades do movimento negro. É

importante que a lei tenha sido aprovada para qualquer possibilidade de repetir a prática adotada. Caberá ao poder público apurar as informações sobre as condições jurídicas seja por concurso público ou cargo comissionado e à sociedade e aos órgãos de controle fiscal do estado fiscalizar e denunciar algum caso que escape por omissão ou falha do estado."

Ele acrescenta que a sanção apenas neste mês, da medida aprovada em agosto, faz parte de uma concentração destas pautas no mês simbólico de novembro. "Nós criticamos essa lógica porque faz com que o debate sobre o racismo seja feita apenas em novembro, como deveria ser pauta durante todo o ano", afirma.

Coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (Fetrab), Kleber Rosa concorda sobre a importância de medidas antirracistas, inclusive para alçar pessoas negras para estes espaços de poder, de confiança e de decisão política. "Desestimular o racismo passa por ações como esta. Acho que seria um afronte à população baiana se um condenado por racismo estivesse à frente de qualquer serviço público no nosso estado demarcado pela presença da população negra."

Sem dados de casos de racismo em repartições públicas estaduais, ele comenta que existem as vivências e as experiências empíricas. "Essa lei não é apenas de interesse do servidor público, mas de todo o povo".

Como parte do governo, a titular da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Ângela Guimarães, considera produtiva a instalação deste dispositivo legal. "Nós celebramos como mais uma conquista na direção de ter efetividade na punição do racismo, ainda mais no mês da consciência negra, quando toda a sociedade tem sua atenção voltada para o tema embora atravessasse a vida das pessoas negras todos os dias".

A partir dessa sanção, a Sepromi vai realizar campanhas de disseminação dos módulos de enfrentamento do racismo institucional, inclusive para os **servidores públicos**, além da busca da aprovação de legislações mais atualizadas. "Cumpriremos um papel informativo, educativo, preventivo e disseminador de direitos e do estatuto racial", finaliza.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE
OLIVEIRA

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_B7A7EB7FA67DC9F7841FC838081806D257F4F50A22C1FF17DEE1D6FB5F9E3D856BBEC6DB75C6F225F4E0F6681187689A6F8FE66F3E8FC8E8E571D4C3F4C0CF3349240435D63A4BC7258D4825547AA6D927F6A3F4C1E752C127E80AF1485EB9B3E08BA9DD25346E2CD0B554021C9DB05484D2D33D0F373D8E51711

Alegando perda com reforma, 6 Estados aumentam ICMS

Gabriela Oliva

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul anunciaram que vão aumentar a alíquota do ICMS a partir de 2024. Segundo reportagem publicada por "O Globo", os secretários da Fazenda de cada ente divulgaram uma carta na qual citam os efeitos da **reforma tributária** na arrecadação dos Estados. A carta não explicita o percentual de aumento das alíquotas. No entanto, para a medida ser aplicada de fato, cada Assembleia Legislativa precisará aprovar o aumento.

Segundo o manifesto, no texto da **reforma tributária**, a participação de cada ente no total arrecadado pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) dependerá da receita média de cada Estado com o ICMS entre 2024 e 2028.

Foi esse o principal incentivo para os Estados anunciarem o movimento de aumentar a alíquota, alegando que, quanto maior a arrecadação nesse período, maior será o fluxo de recursos do IBS para os Estados. No documento, os representantes sugerem prejuízo na distribuição de recursos após a entrada em vigor da **reforma tributária** sobre o consumo.

A Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda refutou a ideia de que a reforma levaria a um aumento das alíquotas. "Alguns Estados têm tentado justificar a elevação da alíquota modal do ICMS no curto prazo supostamente por causa da adoção da arrecadação do ICMS entre 2024 e 2028 como base para a distribuição de parcela da arrecadação do IBS entre 2029 e 2077", diz trecho da nota.

No entanto, segundo a Fazenda, a medida é desnecessária, porque o texto da reforma preserva a autonomia dos Estados. "Caso algum Estado julgue que sua arrecadação no período de 2024 a 2028 não reflete sua participação histórica no total da arrecadação do ICMS, nada impede que ele eleve sua alíquota do IBS".

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Relator nega decisão de mudar reforma tributária

Raphael Di Cunto e Estevão Taiar

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que concluirá a avaliação do texto aprovado pelo Senado Federal até o fim desta semana e que se reunirá com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes dos partidos na segunda-feira para decidir o calendário.

Ribeiro disse que ainda não tomou nenhuma decisão sobre o texto, sejam supressões ou alterações, e negou que já tenha resolvido excluir da proposta de emenda constitucional (PEC) a partilha de recursos para os Estados de acordo com a arrecadação de cada um entre 2024 e 2028. A partir de 2029, o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) começaria a substituir o ICMS.

"Foi ventilada essa possibilidade de supressão e não tratei de supressão com quem quer que seja. Estive às 1 Oh com o ministro [da Fazenda] Fernando Haddad e não tratei de supressão", disse o relator à imprensa. "Quero deixar bem claro que não tomei nenhuma decisão pelos motivos que já citei: só decidiremos sobre o calendário na segunda-feira", reforçou.

A declaração à imprensa ocorreu para rebater a nota dos governadores de seis Estados do Sul e do Sudeste que divulgaram que aumentarão a alíquota-padrão do ICMS por causa da **reforma tributária**. Segundo eles, a PEC "premia" quem aumentar a arrecadação entre 2024 e 2028, o que fez os Estados do Norte e Nordeste já proporem alta do imposto.

"As circunstâncias impõem que os Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país reposicionem as suas alíquotas modais de ICMS para recompor a tributação estadual no curto prazo e para neutralizar as perdas potenciais com a futura distribuição do produto arrecadado com o IBS, vis à vis o comportamento estratégico adotado pelos demais Estados", disse a nota.

Ribeiro rebateu que isso é uma "ilação" e que os governadores querem elevar o ICMS por causa da redução ano passado do imposto sobre combustíveis, telecomunicações, energia e transporte.

O Ministério da Fazenda também rebateu, em nota, que a reforma "não justifica" esse aumento visando a

arrecadação de curto prazo porque os Estados manterão a autonomia sobre o IBS. "Caso algum Estado julgue que sua arrecadação no período de 2024 a 2028 não reflete adequadamente sua participação histórica no total da arrecadação do ICMS, nada impede que ele eleve sua alíquota do IBS", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1§ion=1>

Reforma não justifica alta de ICMS, diz governo federal

matheus.schuch@rdgaucha.com.br **MATHEUS SCHUCH**
RBS BRASÍLIA

Utilizada como argumento pelos governos do RS e por outros Estados para elevação da alíquota do ICMS, a eventual perda de arrecadação com a **reforma tributária** não justifica a majoração do imposto, segundo o Ministério da Fazenda.

Em carta divulgada nesta semana, os governos de Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo dizem que a arrecadação será impactada porque o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado com as mudanças no sistema tributário, terá como base a média de ICMS entre 2024 e 2028, e quanto cada Estado representou no agregado total do país.

"Isso vem induzindo os Estados a um movimento generalizado de elevação das atuais alíquotas modais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, tributo que será extinto em 2033, mas cujos efeitos, sob o prisma da transição federativa, se farão sentir até 2078", diz a carta.

O Ministério da Fazenda, contudo, enfatiza que o IBS terá alíquota de referência, a ser definida pelo Senado, e isso não impedirá que os entes proponham um valor acima da média. Portanto, caso algum Estado julgue que sua arrecadação no período de 2024 a 2028 não reflete adequadamente sua participação histórica no total da arrecadação do ICMS, nada o impedirá de elevar a alíquota do IBS.

O governador Eduardo Leite enviou à Assembleia Legislativa na semana passada proposta de elevar a alíquota do ICMS de 17% para 19,5% a partir de 2024. Alvo de resistências, a medida precisa ser aprovada e sancionada até o fim de 2023 para valer em 2024.

A Fazenda sustenta ainda que os 17 Estados que já elevaram alíquotas desde o final de 2022 - a maioria no Norte e Nordeste - expuseram como justificativa efeitos sobre a arrecadação da queda na alíquota do ICMS sobre energia elétrica, comunicações e combustíveis, que não têm ligação com a **reforma tributária**.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Reforma não contribui na alta do ICMS

Brasília - A **reforma tributária** não contribui para a elevação das atuais alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), informou ontem a Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. A pasta rebateu o anúncio de seis estados do Sul e do Sudeste de elevar para 17% ou 18% para 19,5% a alíquota do ICMS modal (que incide sobre a maioria dos produtos).

Na última terça-feira (21), os governadores dos estados do Sul e do Sudeste, exceto de Santa Catarina, anunciaram a decisão de enviar projetos às Assembleias Legislativas locais com a elevação da alíquota-base. Eles justificaram a medida com base em eventuais perdas com a **reforma tributária** durante a transição até 2077 para a cobrança no destino (local de consumo das mercadorias).

A decisão foi tomada por Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Os estados alegam que terão perdas quando o futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o Imposto sobre Serviços (ISS), for repartido entre os estados a partir de 2029 com base na arrecadação do ICMS entre 2024 e 2028.

Segundo o Ministério da Fazenda, a **reforma tributária** mantém a autonomia para os estados fixarem a alíquota do IBS abaixo ou acima da alíquota de referência. "Caso algum estado julgue que sua arrecadação no período de 2024 a 2028 não reflete adequadamente sua participação histórica no total da arrecadação do ICMS, nada impede que ele eleve sua alíquota do IBS", rebateu a nota.

A alíquota de referência estadual do IBS será fixada pelo Senado e adotada automaticamente pelos estados durante a transição para o novo sistema. Essa alíquota mantém a proporção entre a carga tributária e o Produto Interno Bruto (**PIB**). O texto aprovado pelo Senado prevê uma trava para a alíquota de referência, caso a carga tributária após a **reforma tributária** supere o peso dos **tributos** do consumo sobre a economia de 2012 a 2021.

Pela **reforma tributária**, o ICMS será extinto em 2029, e o IBS passará a vigorar integralmente. Segundo o Ministério da Fazenda, a autonomia concedida aos estados retira qualquer pressão para elevar alíquotas no curto prazo.

"Para a arrecadação de IBS do estado, tem-se o

mesmo efeito caso ocorra elevação do ICMS entre 2024 e 2028 ou elevação da alíquota do IBS a partir de 2029 e, sobretudo, a partir de 2033, quando o ICMS será extinto e o IBS passará a vigorar integralmente. A **reforma tributária** não justifica, portanto, a elevação no curto prazo da alíquota modal do ICMS como forma de proteger a arrecadação futura do IBS", ressaltou a nota da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária**. (ABr)

Perdas em 2022 foram compensadas

Brasília - Em relação às perdas dos estados com a redução da alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre energia elétrica, comunicações e combustíveis, que entrou em vigor durante as eleições do ano passado, o governo alega que 17 estados usaram a medida para elevar as alíquotas modais do ICMS desde o fim de 2022, antes mesmo da tramitação da **reforma tributária**. Segundo o Ministério da Fazenda, esse é o principal motivo para o aumento da alíquota, não a **reforma tributária**.

"A própria nota assinada pelos secretários da Fazenda de seis dos sete estados do Sul e Sudeste que apontam a **reforma tributária** como motivo para a elevação da alíquota modal do ICMS indica que a perda de arrecadação decorrente das mudanças introduzidas na legislação federal em 2022 é também uma razão para a elevação das alíquotas modais do imposto", destacou a nota da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária**. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Alta de ICMS contrapõe estados e governo federal

Após votação histórica na Câmara e no Senado, a **reforma tributária** voltou ao centro das discussões políticas, mas em função das alíquotas de ICMS. Na terça-feira, os governadores dos estados do Sul e do Sudeste, exceto de Santa Catarina, anunciaram a decisão de enviar projetos às Assembleias Legislativas locais com a elevação da alíquota-base. Eles justificaram a medida com base em eventuais perdas com a **reforma tributária**, que encontra-se em discussão novamente na Câmara, durante a transição até 2077 para a cobrança no destino (local de consumo das mercadorias). Um desses casos é o Rio Grande do Sul, onde projeto que prevê a elevação já está tramitando na Assembleia Legislativa.

Um dos argumentos é que a futura divisão do tributo estadual, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dependerá da receita média entre 2024 e 2028.

Na avaliação do grupo do Sul e Sudeste, eles seriam prejudicados em relação a Estados do Norte e Nordeste que já elevaram suas alíquotas modais.

Porém, a justificativa foi contestada, por meio de nota oficial, da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. Nela, a secretaria afirma que a **reforma tributária** não contribui para a elevação das atuais alíquotas.

Para a Fazenda, essa futura divisão do IBS "não parece ser a razão para o aumento das alíquotas do ICMS neste momento".

A secretaria lembra que o texto da tributária em discussão no Congresso define que haverá uma alíquota de referência estadual do IBS, a ser fixada pelo Senado, e adotada automaticamente na transição. Ela manterá a proporção entre a carga tributária e o **PIB**, com previsão de trava para redução em caso de excesso em relação à média do período 2012 a 2021.

"Mas a **reforma tributária** mantém a autonomia para os Estados fixarem a sua alíquota do IBS abaixo ou acima da alíquota de referência. Caso algum estado julgue que sua arrecadação no período de 2024 a 2028 não reflète adequadamente sua participação histórica no total da arrecadação do ICMS, nada impede que ele eleve sua alíquota do IBS", argumenta a Fazenda.

ENTENDA

A **reforma tributária**, após mais de 30 anos, foi aprovada na Câmara e no Senado. Agora, ela está na segunda análise pelos deputados, uma vez que houve alterações na aprovação do texto pelos senadores.

Justificando perdas com a transição da reforma, os governadores de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e do Rio Grande do Sul anunciaram projetos para elevar o ICMS de 17% ou 18% para 19,5%.

Pela reforma, o ICMS será extinto em 2029, e o IBS passará a vigorar integralmente.

A alíquota de referência estadual do IBS será fixada pelo Senado e adotada automaticamente pelos estados na transição.

Essa alíquota mantém a proporção entre a carga tributária e o **PIB**, soma dos bens e dos serviços produzidos. O texto aprovado pelo Senado prevê uma trava para a alíquota, caso a carga tributária após a reforma supere o peso dos **tributos** do consumo sobre a economia de 2012 a 2021.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16245&edicao=10905>

Alíquota única seria solução inadequada para IVA, diz Aloisio Araújo

Alex Ribeiro

O economista e matemático Aloisio Araújo considera que o texto da **reforma tributária** aprovado pelo Senado, que prevê quatro alíquotas diferentes para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), é tecnicamente o melhor modelo para o Brasil.

Em entrevista ao Valor, Araújo, que está entre os pesquisadores com mais publicações em revistas acadêmicas internacionais, vai na contramão da opinião da maior parte dos economistas, que preferia uma alíquota única.

"Do ponto de vista de eficiência econômica, se você tem alíquotas diferentes, é melhor", sustenta Araújo, que é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Mas o número de alíquotas deve ser moderado. "Se tivesse dez alíquotas, virava bagunça."

Araújo argumenta que a **reforma tributária** deve prever mais de uma alíquota porque, em alguns produtos e serviços, a evasão de **impostos** é maior quanto maior a tributação, comparado com outros. Tecnicamente, é a elasticidade da evasão, que ele constatou empiricamente num trabalho acadêmico junto com o economista Tiago Cavalcanti, da Universidade de Cambridge.

"Em bens industriais, a evasão é muito mais inelástica. Você bota um cara na porta da montadora e conta quantos carros saíram. Agora, se o restaurante serviu ou não mais uma refeição, fica mais fácil esconder", explica.

Ele diz que a **reforma tributária** será importante para aumentar a capacidade de crescimento da economia, mas ele discorda das estimativas mais otimistas. Devido à alta carga tributária brasileira, a alíquota ficou acima do ideal, por isso não será possível colher todos os benefícios.

Ele faz um balanço da agenda de reformas adotadas nas últimas décadas, como a trabalhista, a Lei de Falências e, agora, a tributária. "O Brasil conseguiu sair das leis do Mussolini."

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: O que o senhor achou do texto da **reforma tributária** aprovado no Senado?

Aloisio Araújo: Representa um grande avanço. A avaliação sobre o que foi aprovado depende do que se esperava. Alguns diziam que as últimas reformas [em outros países] foram só com a alíquota única. E eu perguntava: e a China? "Ah, a China não conta porque é um regime econômico e político diferente." E eu perguntava: a Índia? "Ah, a Índia foi tão ruim..." Mas esses são os últimos casos aprovados. E os anteriores, inclusive em países europeus, tinham várias alíquotas.

Valor: O modelo de IVA com várias alíquotas seria o politicamente possível de conseguir?

Araújo: São duas razões diferentes. A primeira é que esse é o possível politicamente. Sempre achei. Participei de grupos de trabalho [sobre **reforma tributária** em diferentes governos] e minha posição em relação à alíquota única é que não consegue passar pelo Congresso. E não passou. E tem as razões técnicas. Há dois pilares para defender a alíquota única. Um pilar é o da simplicidade. Há vários exemplos de como,

num sistema complexo, criam-se brechas [para as empresas escaparem do pagamento de **impostos**]. Estou me referindo àquela discussão sobre se o biscoito é biscoito, se a galocha é sapato, as tentativas de as empresas classificarem os produtos de acordo com a alíquota mais favorável. É verdade isso. Não pode ter muitas alíquotas, senão a empresa finge que seu produto é um outro produto para pagar menos. Então não sou favorável a muitas alíquotas. E existe um outro pilar na defesa da alíquota única, que eu discordo. Começa com a teoria sobre a tributação sobre o consumo, para a qual [o economista e matemático britânico Frank] Ramsey deu uma grande contribuição. A teoria econômica dizia que você tem que taxar inversamente proporcional à elasticidade da demanda. A elasticidade da demanda é quanto, proporcionalmente, você deixa de consumir quando varia o preço de um bem. Você não quer tirar o consumidor do ótimo dele. Porque, no fim, o cara não vai consumir aquele bem. Vários liberais têm isso até hoje, a ideia de taxar apenas o que é inelástico. Aí o [economista britânico Anthony] Atkinson e o

[economista americano Joseph] Stiglitz mostraram que, em determinadas condições, se pegar conjuntos de bens, tem a mesma elasticidade. Então essa discussão evoluiu. Aliado ao desejo de fazer um imposto simples, se caminhou para essa alíquota única.

Valor: E qual é sua visão sobre essa discussão mais teórica?

Araújo: Escrevi um artigo, junto com o economista Tiago Cavalcanti, com uma intuição: você deve substituir a elasticidade da demanda pela elasticidade de evasão. Os bens têm evasões diferentes. Em bom português: produtos muito sujeitos a evasão de **impostos** não devem ser muito taxados. Depois, soube que outro autor havia escrito sobre isso, mas não levou tão longe.

Valor: Seu argumento tem a ver com a eficácia da tributação, certo? Se criasse um IVA com uma alíquota única, teria uma grande evasão de **impostos**, e a arrecadação seria prejudicada?

Araújo: Exatamente. Em 1999, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi feito um ajuste fiscal muito pelo lado da arrecadação. Fizemos uma econometria que mostra que, em alguns bens, a alíquota da Cofins subiu 50%, e a arrecadação subiu 50%. Mas, para outros, a alíquota subiu 50%, mas a receita subiu 15%. Houve muito mais evasão em alguns produtos do que em outros.

Valor: Dá para citar um exemplo para ilustrar?

Araújo: Por exemplo, em bens industriais a evasão é muito mais inelástica. Por que? Você bota um cara na porta da montadora e conta quantos carros saíram. É difícil esconder um carro, uma motocicleta. Agora, pega um serviço, um restaurante. Se o restaurante serviu ou não mais uma refeição, fica mais fácil esconder. Isso levou o imposto a ser tão mais pesado no Brasil para a indústria. Não estou defendendo esse imposto mais alto não, porque a gente perde com isso. Essa é uma das razões porque a indústria encolheu, embora não seja só essa. Nossas vantagens comparativas ficaram mais nas commodities. A indústria pagou muito mais. E aí se veio com a ideia de que, se a alíquota [proposta na **reforma tributária** para o IVA] fosse igual, seria muito bom para a indústria. Também acho. Só que é irrealista. Não vamos conseguir uma coisa tão boa porque a nossa carga tributária é gigantesca.

Valor: A conclusão é que é melhor ter várias alíquotas do IVA do que apenas uma?

Araújo: Do ponto de vista de eficiência econômica, se

você tem alíquotas diferentes, é melhor. Mas alguém vai perguntar: "Pode ter infinitas alíquotas?". Não, nesse caso, você complica a guerra de alíquotas. Se tivesse dez alíquotas, virava bagunça.

Valor: Como o político pesa nessa decisão?

Araújo: Saúde e educação, de cara, achei que teriam uma alíquota menor. Na Austrália, há pouco tempo teve uma **reforma tributária**, e saúde e educação foram menores.

Valor: Tecnicamente, tem justificativa essa alíquota menor para esses setores de saúde e educação?

Araújo: Nos nossos cálculos, teria evasão nesses setores. Mas têm outras razões. Está na Constituição. Se o setor privado não fornecer esses serviços, o setor público tem que fornecer. São grupos fortíssimos no Congresso. Fiquei um pouco surpreso, porque foi concedido 40% da alíquota principal. Ou seja, terão uma redução de 60% em relação à alíquota principal. Não calculei qual seria o nível ótimo, mas, pela minha intuição, ia sair 60%. Se a intuição estiver certa, essa alíquota de 40% é devida mais ao grupo de pressão política do que à justificativa mais técnica. O Senado botou essa de 70% que atendeu a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil]. A [consequência disso é que] a alíquota-padrão sobe.

Valor: Outra crítica ao texto aprovado é que terá dinheiro da União para compensar os governos subnacionais. Está certo isso?

Araújo: Sempre achei - há mais de 20 anos digo isso - que teria que ter dinheiro do governo. As pessoas falavam: "Dinheiro do governo, que pecado!". É difícil dizer o valor adequado, mas teria que ter dinheiro federal porque diminui a incerteza dos agentes econômicos e das unidades subnacionais. Tem que fazer uma espécie de seguro.

Valor: Qual vai ser o impacto da reforma em termos e crescimento da economia?

Araújo: Terá impacto importante, mas não vai ser aquele impacto que alguns estão falando. O número de horas que se gasta, o tamanho dos departamentos tributários das empresas, vão ficar menores com o tempo. Não é do dia para a noite. No começo, nos primeiros dois ou três anos, pode até complicar, porque o sistema é novo. No fator alocativo, as indústrias e o setores econômicos vão para os lugares em que eles têm mais vantagens comparativas, o que seria o natural. Não vai ser em função dessa guerra fiscal. A indústria vai sair bem [no comércio exterior]. Nosso sistema tributário é tão complexo que, quando a indústria exporta, não consegue eliminar tudo o foi

taxado. Para compensar isso, acaba dando subsídio, e aparecem todos os problemas na OMC, Organização Mundial de Comércio, como se o Brasil estivesse fazendo protecionismo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231122/>

Valor: Mas por que o sr. não está tão otimista sobre a expansão da capacidade de crescimento?

Araújo: Infelizmente setores mais inelásticos [à evasão], como a indústria, vão ser taxados mais. Vai diminuir a taxa da indústria, mas precisava muito mais. Mesmo tendo diversidade de alíquotas, haverá alguns setores [elásticos à evasão] que vão ficar taxados. Então vai ter muita gente migrando para o Simples ou para a informalidade. Acho que o fator Simples vai ter que ser encarado, será preciso diminuir. Ainda assim o avanço é muito importante, tem que dizer isso.

Valor: O que nos impede de fazer uma **reforma tributária** ótima?

Araújo: Nossa carga tributária é alta, e não vai deixar de ser. A **reforma tributária** tem que ser neutra [do ponto de vista do total arrecadado], não adianta sonhar. Você vai taxar alguns setores que são muito elásticos à evasão.

Valor: Qual é a importância da **reforma tributária** nessa agenda mais geral de reformas das últimas décadas?

Araújo: O Brasil conseguiu sair do [ditador italiano Benito] Mussolini, as leis do Mussolini que a gente adotou na década de 40. Para o Mussolini, o capitalismo era ruim, o comunismo era ruim, e o melhor era o nacional-socialismo. A ideia de que o Estado serve de equilíbrio entre os capitalistas e os trabalhadores. Nossa lei trabalhista vinha de lá, a CLT vem da Carta Del Lavoro. A Lei da Concórdia substituímos pelo Chapter 11, americano, na nova Lei de Falências. Agora, tivemos essa decisão do Supremo [Tribunal Federal] sobre [a legalidade da retomada de imóveis de forma extrajudicial no caso de] hipotecas. É um assunto que vinha desde o fim do governo FHC e, principalmente, primeiro governo Lula. Nesse assunto também estamos saindo das leis de Mussolini. Todo mundo prevê essa **reforma tributária** vai provocar uma gigantesca diminuição nos contenciosos. Não no começo, porque tem a fase de transição. No trabalhista, já teve uma redução, os casos trabalhistas caíram para menos da metade. Isso tira um pouco de sobrecarga do Judiciário, pode andar com mais rapidez nos outros casos.

"Os bens têm evasões diferentes. Em bom português: produtos muito sujeitos a evasão de **impostos** não devem ser muito taxados"

Grupo sonega R\$61 milhões de impostos

Um grupo investigado por sonegação fiscal foi alvo de uma ação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), chamada de Operação Charta, na manhã de ontem.

Segundo a investigação, o prejuízo causado aos cofres públicos chega a R\$ 61 milhões. Ao todo, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal, São Paulo e em Minas Gerais.

As diligências ocorreram na sede das empresas do grupo no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), nas residências dos investigados e nos escritórios de contabilidade responsáveis pela escrituração fiscal e contábil das empresas no Plano Piloto e do Lago Norte, e também nas cidades de São Paulo (SP) e Burity (MG).

A ação foi deflagrada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária, vinculada ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DOT/Decor), em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda do DF (Sefaz-DF). Cerca de 70 policiais da PCDF participaram da operação, além de equipes das polícias civis de São Paulo e Minas Gerais e mais 20 auditores fiscais.

Investigação Os suspeitos são investigados pelos crimes contra a ordem tributária (sonegação fiscal), associação criminosa, falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de capitais. Se forem condenados, podem pegar até 30 anos de prisão.

De acordo com a investigação, foi constatada a existência de uma associação criminosa para a prática de sonegação fiscal. A operação desarticulou o esquema montado por empresas sonegadoras no ramo de papelaria. Os mandados cumpridos buscam consolidar elementos que possam identificar outros comparsas, apreender documentos, aparelhos eletrônicos, além de colaborar para o ressarcimento dos cofres públicos.

Sonegação Há indicações que as sonegações ocorriam desde 2000, mas, de acordo com a lei, a dívida só pode ser cobrada referente aos últimos 12 anos. "A partir do momento que os empresários não pagam os **tributos** quem perde é a população. Isso gera prejuízos à coletividade porque esses recursos poderiam ser inseridos em políticas públicas voltadas à segurança, saúde e educação", pontuou o delegado da DOT/DECOR, Marcelo Guerra.

Operação Charta O termo "charta" vem do latim e

significa papel. Segundo a PCDF, é uma alusão ao fato de o grupo suspeito atuarem no ramo de papelarias.

A investigação indicou que os investigados utilizavam documentos falsos para constituir a firma em nome de "la ra nja s" e para a blindagem patrimonial. A associação agia de forma contínua, criando empresas com novos CNPJs e abandonavam as anteriores com dívidas fiscais para garantir o comércio e a sonegação de **impostos**.

Governo bloqueia mais R\$ 1,1 bilhão

BRASÍLIA Agência Estado

ORÇAMENTO

O Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram ontem (22) o bloqueio adicional de R\$ 1,1 bilhão em despesas no Orçamento deste ano. Com isso, o contingenciamento em 2023 para o cumprimento do teto de gastos passou para R\$ 5 bilhões.

A equipe econômica também ampliou em R\$ 36 bilhões a estimativa de rombo nas contas públicas. A previsão agora de déficit para 2023 é de R\$ 177,4 bilhões, o equivalente a 1,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo cálculos do Tesouro Nacional. A previsão anterior, de setembro, previa que as despesas superariam as receitas (sem considerar os gastos com juros) em R\$ 141,4 bilhões (1,3% do **PIB**).

O valor do déficit, porém, é ainda mais elevado se for considerada a metodologia do Banco Central, que é a usada para aferir a meta fiscal. Neste caso, o rombo previsto é de R\$ 203,4 bilhões, o equivalente a 1,9% do **PIB** - apenas R\$ 10,2 bilhões abaixo da meta prevista para este ano e quase o dobro do patamar almejado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O BC, que é responsável por consolidar o resultado das contas públicas, já havia informado que não consideraria as receitas de exercícios anteriores ou privatizações para o resultado primário - é o caso das contas do PIS/Pasep e os recursos oriundos da venda da Copel, que somam R\$ 26 bilhões.

"Temos uma divergência técnica. Foram levantados R\$ 26 bilhões que foram contabilizados como 'acima da linha' pelo Tesouro, e o Banco Central entende que seria 'abaixo da linha'. Não tem efeito prático", afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Segundo ele, a metodologia do BC remonta à época da hiperinflação, quando o governo não tinha condições de calcular as receitas e despesas. "Isso não é o que há de mais moderno." Para a equipe econômica, a piora no resultado foi puxada por diversos fatores. No caso das receitas, a incerteza em relação a futuros depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal e a menor **inflação** influenciaram o resultado.

"São R\$ 12,6 bilhões relativos a depósitos judiciais da Caixa, que podem não ocorrer neste ano. Foi mais

prudente retirar do relatório", disse o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos.

Outros R\$ 9 bilhões estão relacionados a **tributos** federais afetados pela redução da **inflação**. Do lado das despesas, o aumento foi puxado pelas compensações a Estados e municípios por perdas do ICMS e dos fundos de participação e recomposição do mínimo da Saúde, que acarretará um aumento de gastos de R\$ 4,3 bilhões. Apesar das surpresas negativas em 2023, o secretário do Tesouro afirmou que "nada muda" sobre o compromisso da equipe de zerar o déficit em 2024.

SAÚDE O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conseguiu que o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizasse o governo a não cumprir a aplicação do piso constitucional integral de recursos para a área da saúde em 2023.

Haddad havia feito uma consulta informal para não ter de fazer um aporte adicional, calculado inicialmente em R\$ 20 bilhões ainda neste ano - valor que seria necessário para completar o piso cheio de gastos na saúde. A vitória dá alívio para a equipe econômica e evita um bloqueio maior de despesas no Orçamento.

A decisão do plenário foi por unanimidade, com voto favorável também do relator do processo da Corte de Contas, ministro Augusto Nardes. Prevaleceu a opinião da área técnica e do Ministério Público junto ao TCU. A incidência do piso mínimo constitucional só valerá para 2024.

Nos bastidores, Haddad teve apoio do presidente do TCU, ministro Bruno Dantas. Se tivesse que cumprir o piso integral, o bloqueio anunciado na terça-feira, 21, pela equipe econômica nas despesas deste ano, um adicional de R\$ 1,1 bilhão, teria que ser muito maior.

A área técnica do TCU havia emitido parecer com o entendimento de que a aplicação imediata ou retroativa de uma nova regra sobre mínimo constitucional poderia exigir um esforço "desproporcional" do governo federal, inclusive com impacto nas demais políticas sociais.

Na prática, o TCU desobriga o governo a fazer cumprir o piso, na direção do que desejava o ministro Haddad para não pressionar as contas públicas neste ano - o que exigiria um bloqueio maior de gastos

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/>

Incentivos fiscais e o impacto econômico (Artigo)

***Gilberto Bergamin**

Após o presidente Lula afirmar que o Brasil dificilmente chegará no déficit zero em 2023, o governo tem procurado alternativas para aumentar a arrecadação sem afetar tanto o bolso do contribuindo.

Um dos direcionamentos do Ministério da Fazenda é aprovar a Medida Provisória 1185/23, que permite a incidência da tributação em casos de incentivos fiscais. A iniciativa abre o debate acerca da importância desses incentivos dentro do empreendedorismo no país.

Primeiramente, é vital compreender que os incentivos fiscais representam uma ferramenta poderosa para promover investimentos, estimular o crescimento econômico e fomentar determinados setores. Reduções de **impostos**, isenções e subsídios são mecanismos comuns adotados pelos governos para não apenas para beneficiar as empresas, e sim contribuir com a inovação e gerar mais empregos.

Quando ocorrem alterações nesses incentivos, é comum que as empresas tenham certa resistência, especialmente diante dos desafios que enfrentarão. Essas mudanças possuem um impacto direto sobre o planejamento estratégico, os custos operacionais e a rentabilidade das organizações. Isso ocorre porque cada uma delas precisa reformular seus planos a longo prazo, buscando se adaptar a uma nova realidade tributária.

E tudo isso gera um custo.

Apesar disso, as novas regras nem sempre têm um impacto negativo. Novas políticas podem surgir, trazendo consigo incentivos mais direcionados, alinhados com as prioridades econômicas e sociais atuais. Por exemplo, mudanças que priorizam investimento em setores verdes, tecnologia e inovação pode significar um impulso para o progresso e a sustentabilidade. De qualquer forma, é preciso se adaptar rapidamente ao cenário tributário.

Estratégias ágeis e flexíveis, aliadas a uma compreensão profunda dos elementos regulatórios, permitem que algumas organizações aproveitem essas mudanças para se posicionar estrategicamente no mercado, ganhando vantagens competitivas. Em

um ambiente em constante evolução, a habilidade de se planejar é um dos principais trunfos de uma empresa de sucesso.

*Gilberto Bergamin é advogado e especialista em direito empresarial

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/diariodaregiao/index.jsp?serviceCode=logon&numero=21382&edicao=131273>

Investir em educação fortalece a economia (Editorial)

Correio Braziliense

Embora haja maior esforço do governo federal para elevar a qualidade da educação, o Brasil ainda está entre os países com o menor investimento por aluno no ensino básico - US\$ 3,5 mil dólares/ano, enquanto a média é de US\$ 10,9 mil, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A situação era bem pior no século passado.

Ao longo deste século, o Brasil triplicou os investimentos por estudante nos ensinos infantil, fundamental e médio.

Porém, está longe de se aproximar de países como Coreia do Sul, Portugal e Austrália, que aplicam entre US\$ 10 mil e US\$ 14 mil em cada aluno, e enfrenta o desafio de impulsionar o ensino profissionalizante.

No momento, há entendimentos divergentes sobre a carga horária da educação profissional e tecnológica no ensino médio. O tema está entre as prioridades do Ministério da Educação (MEC). Mas na revisão do Novo Ensino Médio, a equipe atual da pasta flexibilizou a carga horária, como parte do conteúdo a ser escolhido pelo estudante.

No projeto encaminhado ao Congresso Nacional, o ensino profissional ficou com 2,1 mil horas para disciplinas básicas e 900 horas para as técnicas, ao longo de três anos. No ensino médio regular, a formação básica ficou com 2,4 mil horas.

O deputado federal Mendonça Filho (União -PE), relator do projeto, questiona a flexibilização e a redução da carga horária. Segundo ele, cursos na área de tecnologia da informação e saúde exigem pelo menos 1,2 mil horas. Com a redução para 900 horas, essas formações tornam-se inviáveis. O MEC, por sua vez, defende que os estados invistam em ensino integral para oferecer modalidades técnicas que demandam maior carga horária.

Em meio aos debates e à falta de consensos, estudo do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) mostra que o aumento de estudantes em cursos de ensino médio técnico teria impacto positivo no Produto Interno Bruto (**PIB**). Quando formados, os alunos teriam mais chances de conquistar uma vaga no mercado de trabalho, o que resultaria em maior produção para a

economia, com reflexo no crescimento do **PIB**.

Para alguns especialistas, a educação em tempo integral, ainda que eleve o custo por aluno, se faz necessário para aprimorar a formação dos estudantes do ensino médio, bem como para capacitá-los para disputar vagas no mercado de trabalho. Reconhecem que estados e municípios têm orçamento insuficiente para custear tamanho investimento, o que exigiria uma contrapartida maior da União. A longo prazo, entretanto, haveria um retorno aos cofres públicos.

Ante a realidade de mais de 30% da parcela da sociedade entre 18 e 24 anos sem ocupação, hoje, a partir das 14h30, o Correio Braziliense promove o debate CB Fórum Educação Profissional e Primeiro Emprego, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal (Senac-DF).

O evento terá a participação de especialistas, autoridades e políticos, que tratarão de temas como O atual mercado de trabalho e a demanda por educação profissional; Por que investir em educação profissional?; e Combatendo desigualdades e gerando oportunidades por meio da educação profissional.

Diferentemente do que supõe grande parte da sociedade, o ensino profissionalizante não é direcionado só para alunos de famílias de baixa renda.

Também não é obstáculo à continuidade dos estudos por aqueles que almejam ter formação universitária. A formação em nível médio tem sido comum em outros países que atingiram um patamar de desenvolvimento superior ao do Brasil.

Site:

<https://educacao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/23/all.pdf>

Investimento em ensino técnico faria PIB do País subir até 2,3%, diz estudo

RENATA CAFARDO

Estudo feito pelo Insper mostra crescimento no **PIB** brasileiro se o País expandisse a quantidade de alunos em cursos de ensino médio técnico.

Segundo a pesquisa, o impacto positivo seria entre 1,34% e 2,32%, em longo prazo, quando a probabilidade de conseguir vaga na educação profissional e tecnológica dobra ou triplica. A conclusão é a de que esses alunos formados geram maior produção à economia.

Hoje, só 20% dos alunos do País ingressam na modalidade, segundo previsões do estudo.

A oferta de vagas no técnico é limitada e algumas vezes é preciso ser aprovado por processo seletivo (vestibulinho).

A pesquisa, feita a pedido do Itaú Educação e Trabalho, que apoia a educação profissional e tecnológica, mostra ainda diminuição da desigualdade de renda com o investimento na área. "O desenvolvimento econômico do País será consequência de termos uma população ativa, criativa, atuante, e isso só acontecerá se cuidarmos da juventude", diz Ana Inoue, superintendente da entidade.

Estudos anteriores já haviam mostrado alta de remuneração de 12% para alunos de ensino técnico em relação aos que só cursaram o médio. A pesquisa atual examinou as consequências macroeconômicas - ela foca nos benefícios da expansão da modalidade para a sociedade, e não apenas para os estudantes.

A ampliação da educação profissional e tecnológica é encarada como prioridade pelo Ministério da Educação (MEC), mas há críticas sobre como a carga horária da modalidade foi definida na reformulação do novo ensino médio, enviada ao Congresso pelo governo mês passado, que prevê currículo de carga horária mais flexível, com parte do conteúdo escolhida pelo aluno.

O técnico é uma opção que escolas estaduais podem oferecer no novo ensino médio.

Países desenvolvidos, que têm os melhores resultados

em avaliações internacionais de educação, investem fortemente para que os alunos cursem o ensino profissional junto com o médio. Na Finlândia, a taxa é de 68%; na Alemanha, de 49%. "A capacidade de produzir de uma empresa que tem mais funcionários com ensino médio técnico é maior, produz mais bens, mais serviços, do que se tivesse funcionários majoritariamente com fundamental e médio tradicional", diz o pesquisador do Insper Vitor Fancio, um dos responsáveis pelo estudo.

INTERESSE. A pesquisa calculou esse resultado ao simular alta da probabilidade de acesso a vagas no ensino técnico pelos jovens, das atuais 20% para 40% e 60%. A premissa é de que a pouca abrangência do ensino médio técnico no País não está associada a baixo interesse dos alunos. A pesquisa cita o exemplo do Centro Paula Souza, que oferece ensino técnico em São Paulo e tem cinco vezes mais candidatos do que vagas disponíveis. Pesquisas de opinião também têm mostrado o grande interesse dos jovens em cursar o técnico.

Ao analisar o efeito da expansão de vagas nas variáveis de escolaridade e distribuição de renda, os pesquisadores projetaram um cenário em que 4,10% da população estaria formada na modalidade. Hoje, esse índice é de 0,94%. Dessa forma, o **PIB** crescerá em até 2,32%.

Vantagem

Remuneração de quem cursou ensino técnico é 12% maior do que a dos que só cursaram o médio

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Estamos desperdiçando a juventude do País"

Ana Inoue, superintendente do Itaú Educação e Trabalho, organização do terceiro setor mantida pela Fundação Itaú, acredita que o potencial de desenvolvimento dos jovens e do Brasil está atrelado à educação profissional e tecnológica.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista que ela concedeu ao Estadão.

Como você vê o resultado da pesquisa do Inspere?

O estudo mostra que, ao triplicar as matrículas no ensino técnico, o **PIB** brasileiro tem aumento de até 2,32%. Isso é decorrente de maior empregabilidade e rentabilidade promovida a partir da formação profissional.

Então, estamos desperdiçando a juventude do País, a inteligência, a criatividade, os sonhos, a perspectiva de sermos um país potente e justo.

Todo esse potencial perdemos ao não investir nos jovens e deixarmos de desenvolver políticas públicas eficientes que representem avanços na formação profissional dos jovens.

A educação profissional pode ser vista como uma forma de inclusão para os jovens?

Sim, a educação profissional é um caminho muito importante de formação e de inclusão produtiva digna para as juventudes.

Eu digo digna porque, muitas vezes, quando se fala de inclusão dos jovens, pensase em um trabalho precário ou alienado. Não se trata disso.

Não é o que os jovens precisam nem querem, nem é o que o Brasil precisa. Temos de nos preocupar em cuidar das nossas juventudes.

E como devem ser as políticas nesse sentido?

Precisam ser intersetoriais.

Não resolveremos isso só com educação. Precisamos de políticas voltadas ao mundo do trabalho. Precisamos de todos os atores. De um lado o governo; de outro, o setor produtivo, universidades. Recentemente tivemos aprovação do marco legal do

ensino técnico, uma nova lei, criação da política nacional de educação profissional e tecnológica. Isso envolve ter avaliação, governança, articulação dessas áreas, juntar governo, gestores da educação, instituições formadoras e o setor produtivo.

Especialista

O potencial de desenvolvimento do jovem no País está atrelado à educação profissional

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Rombo de R\$ 61 mi nos cofres

Júlia Eleutério

Um grupo de devedores investigado por sonegação fiscal foi alvo de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). Segundo a investigação, estima-se que os suspeitos tenham causado um prejuízo superior a R\$ 61 milhões aos cofres da capital federal.

Ao todo, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, ontem, em residências e em empresas no DF, em São Paulo e em Minas Gerais.

Chamada de Operação Charta, a ação teve como objetivo desarticular o esquema montado por empresas sonegadoras no ramo de papelaria. Os mandados cumpridos buscam consolidar os elementos probatórios já existentes, identificar comparsas, apreender documentos, aparelhos eletrônicos, além de colaborar para o ressarcimento dos cofres públicos.

As diligências foram cumpridas na sede das empresas do grupo, nas residências dos investigados e nos escritórios de contabilidade responsáveis pela escrituração fiscal e contábil das empresas na região do Plano Piloto e do Lago Norte, além das cidades de São Paulo e Buritis (MG). Uma das empresas investigadas no esquema é a Papelaria ABC. O Correio entrou em contato com a unidade localizada no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), mas não obteve um posicionamento sobre a operação.

A ação foi deflagrada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária, vinculada ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DOT/Decor), em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda do DF (Sefaz- DF). Na operação, participaram 70 policiais da PCDF, além de equipes das polícias civis de São Paulo e Minas Gerais e 20 auditores fiscais da secretaria.

Os suspeitos são investigados pelo crime contra a ordem tributária (sonegação fiscal), associação criminosa, falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de capitais. Se condenados, podem pegar até 30 anos de prisão. A operação foi chamada de Charta (papel em latim, uma alusão ao fato de o grupo atuar no ramo de papelaria).

Blindagem patrimonial

De acordo com a investigação, foi constatada a existência de uma associação criminosa para a prática

de sonegação fiscal. O grupo utilizava documentos falsos para constituição de empresas em nome de "laranjas" e para a blindagem patrimonial. No combate ao crime de sonegação fiscal, os investigadores apuraram o envolvimento de grandes devedores do DF, além de contadores das empresas envolvidas.

Os investigados criavam empresas de forma contínua, abandonando as anteriores com dívidas fiscais, para garantir a continuidade do comércio mesmo sonegando os **impostos**.

A PCDF estima que o grupo tenha causado um prejuízo aos cofres distritais em quantia superior a R\$ 61 milhões.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/23/all.pdf>

Dívida pública terá decréscimo, aponta IFI

Estevão Taiar

A dívida pública deve, ao longo da próxima década, ficarem patamares ligeiramente mais baixos do que era previsto anteriormente. É o que indicam as novas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento e avaliação da política fiscal ligado ao Senado.

No Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de novembro, a IFI projeta em seu cenário-base que a dívida bruta do governo geral (DBGG) ficará em média, entre 2025 e 2033, em 87,3% do **PIB**. Em maio, a estimativa era que o indicador ficaria em média em 89,3%, sempre em relação ao **PIB**, entre 2025 e 2032. Em setembro deste ano, a DBGG estava em 74,4%, de acordo com o Banco Central.

Entre os motivos para a trajetória menos pressionada prevista para a DBGG, está a revisão, para cima, da estimativa para o **PIB** nominal no período. Pelo mesmo motivo, a estimativa para a DBGG no fim deste ano recuou de 78,1% em maio para 75,2%, de acordo com os números divulgados nesta quarta-feira.

Apesar da projeção de uma trajetória mais favorável, a IFI continua classificando o cenário fiscal como "desafiador". A instituição calcula, por exemplo, que seria necessário superávit anual de 1,4% do **PIB** para manter a DBGG estável até 2033. Para este ano e para o próximo ano, a IFI calcula, respectivamente, déficits de 1% e 1,6% do **PIB** (R\$ 107,9 bilhões e R\$ 162 bilhões, respectivamente).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187720?page=1§ion=1>

Economistas já veem risco de recessão técnica no 2º semestre

Marcelo Osakabe

A prévia do **PIB** do Banco Central confirmou a perda de tração da atividade econômica em setembro e reforçou os riscos de que a atividade pode encerrar uma sequência de oito resultados positivos no terceiro trimestre, avaliam economistas. Alguns, inclusive, já veem chance de novo resultado negativo no quarto trimestre, levando a um quadro de "recessão técnica", à medida que motores do crescimento recente, como agricultura e consumo das famílias, mostram sinais de esgotamento.

"Os dados antecedentes mostram que essa desaceleração continua no quarto trimestre. Eles são consistentes com o nosso cenário de alta de 2,7% do **PIB** neste ano e, dado que o carregamento estatístico do primeiro semestre para o segundo foi de 3,1%, a direção aponta para um cenário de recessão técnica", diz o economista Yihao Lin, da Genial Investimentos. Após a divulgação do índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que registrou contração de 0,64% no trimestre, a corretora revisou sua projeção para o **PIB** no período de -0,2% para -0,3%.

Lin pondera que os resultados setoriais mostram fraqueza disseminada. Enquanto a indústria se manteve de lado, com a ligeira alta do setor de transformação sendo anulado pela queda de igual magnitude da área extrativa, o comércio teve resultado qualitativo ruim, apesar da alta de 0,8% no período, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

"Quando olhamos a composição, vemos que o varejo foi sustentado por consumo de supermercado, itens essenciais para as famílias. A parte de consumo discricionário - vestuário, móveis e eletrodomésticos - não veio boa", diz.

A perda de ritmo da atividade na segunda metade do ano é amplamente esperada. Na terça-feira, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda revisou sua projeção para o **PIB** brasileiro de 3,2% para 3% este ano. Para o terceiro trimestre, a estimativa passou de alta de 0,1% para estabilidade, com perda de dinamismo concentrada no setor de serviços.

Indicadores antecedentes bastante acompanhados

pelos analistas econômicos, as sondagens do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) recuaram em outubro. O índice de Confiança Empresarial (ICE) recuou 3,3 pontos, interrompendo uma alta que vinha desde março. Já o índice de Confiança dos Consumidores (ICC) caiu 0,4 ponto. Os índices de confiança dos setores de comércio, indústria, serviços e construção recuaram naquele mês. O de serviços é o único que se manteve acima do limiar de neutralidade dos 100 pontos.

Indicadores proprietários de alta frequência de bancos também apontam fraqueza nessa reta final do ano. O índice Diário de Atividade (IDAT-Atividade) do Itaú Unibanco registrou queda de 0,7% em outubro, com retrações tanto no setor de serviços como no de bens. Já o Iget, do Santander, aponta queda de 0,9% na prévia de novembro para o setor varejista, mas alta de 6,7% em serviços, após baixa de 7,4% no mês fechado de outubro.

"Não esperávamos um número negativo em setembro depois de um resultado consideravelmente mim em agosto. Acreditávamos em uma devolução que acabou não ocorrendo", admite Gabriel Couto, economista do banco.

O indicador de frequência de atividade do Santander passou a apontar contração de 0,4% no trimestre. A projeção oficial segue em -0,3%, mas também deve ser revisada antes de o IBGE divulgar o resultado oficial, no começo de dezembro. A projeção para o quarto trimestre é de queda de 0,5%.

"É possível não ter recessão técnica se o número do 3-tri vier muito abaixo do esperado" Gabriel Couto

"A única possibilidade de vir um número perto de zero ou positivo para o terceiro trimestre é ocorrer uma revisão para baixo dos dados anteriores, pois não teve nada favorável nos dados até aqui. Além disso, os primeiros sinais do quarto trimestre não apontam reação da economia", continua Couto. Em geral, o IBGE divulga revisões do ano corrente no terceiro trimestre. "É possível não ter recessão técnica se o número do terceiro trimestre vier muito abaixo do esperado, o que favoreceria o dado seguinte pela base de comparação. Mesmo assim, o quadro agregado do segundo semestre vai se mostrar muito pior que o do primeiro".

Para Caio Napoleão, da MCM Consultores, os destaques do terceiro trimestre devem ser a contração de 5% da agricultura na comparação trimestral e a estabilidade dos serviços. O primeiro resultado já era esperado, mas o segundo surpreendeu negativamente, levando a consultoria a revisar sua projeção para trimestre de alta de 0,1% para queda de 0,2%.

"De certa forma, o fim da safra deixou evidente que aquela resiliência dos serviços vinha do transbordamento da agricultura, seja via renda gerada no setor, seja por manter aquecidas atividades como armazenagem e transporte. Foi um choque, assim como foi o crescimento da demanda por serviços de tecnologia da informação

durante a pandemia e a alta dos serviços presenciais com a reabertura", diz. "Talvez estejamos observando agora o setor de serviços sem nenhum motor externo, pela primeira vez desde 2019."

Pelo lado da demanda, o setor externo seguirá se destacando, com desempenho robusto das exportações e retração forte das importações. Uma vez que a agricultura deve ter desempenho negativo no período, esse resultado é indicativo de que haverá forte redução dos estoques, diz Napoleão.

André Cordeiro, do Banco Intel", nota que o consumo do governo e das famílias deve ter resultado negativo no período, na esteira da diluição do impulso fiscal visto no primeiro semestre e também medidas de recomposição de receitas-como a reoneração dos combustíveis e da energia elétrica. "Boa parte do desempenho positivo que os serviços vinham registrando era sustentada pelo fiscal. Com a retração, o consumo das famílias deve começar a mostrar sinais defasados de desaquecimento", diz. O início da cobrança de ICMS sobre a importação de produtos de sites chineses também pode afetar esse desempenho, acredita.

O Inter revisou de -0,3% para -0,5% a projeção para o terceiro trimestre, na esteira de resultados como a primeira variação negativa dos serviços na comparação anual em setembro, depois de 30 meses. Para o quarto trimestre, o banco vê resultado marginalmente positivo, de até 0,2%. "Algum repique dos serviços, ajudado pela sazonalidade do varejo. Mas no geral, a perspectiva segue de desaceleração. A grande surpresa pode vir da agricultura. Esse excesso de chuvas no Sul e seca no Norte têm afetado a produção agropecuária e isso pode prejudicar o **PIB**", diz Cordeiro.

"A política monetária está atuando para desacelerar a

economia. O impulso da agricultura já passou e o fiscal está se esgotando, o que reduz o impulso ao consumo das famílias, que continuam bastante endividadas", afirma a economista-chefe da A.C. Pastore, Paula Magalhães. Ela antevê queda de 0,3% do **PIB** no terceiro trimestre, mas alta de 0,1% no quarto, ajudada por fatores sazonais como festas de fim de ano, o que pode ajudar a evitar a recessão técnica.

Napoleão alerta para possível efeito estatístico da recente revisão das contas nacionais de 2021. Dela resultou corte da alta do **PIB** daquele ano de 5% para 4,8%. O peso da agricultura em relação à economia também foi revisto para baixo. "Como o destaque do **PIB** deste ano é justamente o agro, mas ele encolheu relativamente, é possível que a contribuição do setor para a atividade deste ano encolha, ainda que para o terceiro trimestre a revisão seja positiva", argumenta.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187720?page=1§ion=1>

Economistas alertam para quadro de mais inflação

Marcos de Moura e Souza

Economistas da Argentina avaliam que uma medida anunciada pelo governo do presidente Alberto Fernández esta semana tende a amenizar o problema de desabastecimento de alguns produtos, mas ao mesmo tempo deverá atear mais fogo na pressão inflacionária. Em termos anuais, a inflação na Argentina já passa dos 140%.

Antes das eleições presidenciais, Fernández havia apostado em uma medida transitória: congelar por algumas semanas preços regulados (de luz, água, gás, transporte e outros).

Os preços não regulados - alimentos, bebidas, itens de higiene e limpeza e outros - foram objeto de um acordo entre governo, fabricantes e varejistas e também foram mantidos.

Fernández prorrogou a contenção dos preços até o dia 10, data da posse de Milei, mas abriu brechas para alguns aumentos imediatos de 5% a 12%.

Com os controles de preços, alguns produtos vinham sumindo das prateleiras porque para varejistas a margem de ganho tinha ficado espremida demais e não valia a pena vender alguns desses itens. Com a flexibilização, cai o risco de desabastecimento, uma vez que alguns preços voltaram a subir.

"O que estamos vendo é o começo de uma reacomodação dos preços" diz Santiago Manoukian, economista chefe da consultoria Ecolatina, em Buenos Aires. O outro lado desse movimento, no entanto, é óbvio. "Esse é um elemento que vai pressionar mais a inflação."

Manoukian lembra que a inflação mensal de outubro fechou em 8,3%, o que representou um certo alívio na comparação com a alta de setembro.

Mas, nos primeiros dias de novembro, os sinais apontavam para uma alta novamente de 12% aproximadamente, diz ele.

O economista considera um cenário ainda pior para o fim deste ano e início do próximo.

"A inflação mensal entre novembro e março [de 2024]

poderá ficar em cerca de 15%. Isso vai afetar o consumo ainda mais. Será um ano difícil, ainda mais porque, pelo sexto ano seguido, os salários estão sendo reajustados abaixo da inflação".

Javier Milei, um ultradireitista com discurso pró-mercado - eleito no segundo turno das eleições presidenciais no domingo -, se diz contrário a qualquer instrumento para segurar os preços. Mais reajustes são esperados logo no início de seu mandato.

Milei e Fernández tiveram na terça-feira uma primeira reunião, dando o início formal ao processo de transição.

Além do ajuste na política de preços que dura até transmissão de poder, o governo Fernández ajustou também uma regra na política cambial.

Vivendo uma forte escassez de dólares, a Argentina conviveu com um câmbio oficial congelado em cerca de 350 pesos por dólar durante várias semanas antes das eleições presidenciais.

Nos últimos dias, uma mudança a conta-gotas tem levado à desvalorizando a moeda local, que ontem para cerca de 356,45.

As cotações paralelas passam dos 1.000 pesos por dólar.

Sob os ares da transição, a medida desta semana foi voltada para todos os exportadores. Até então, 70% do que elas recebiam por suas vendas ao exterior era internalizado com a cotação oficial, desfavorável para que exporta. Os 30% restantes eram feitos com uma cotação mais vantajosa, pelo chamado dólar financeiro (CCL), que fechou ontem em 926 pesos. Com a mudança, o governo mudou a fórmula para 50% a 50%.

Ainda é cedo, na avaliação de alguns economistas, para dizer se a novidade terá algum efeito no incremento das reservas internacionais da Argentina.

"A inflação mensal entre novembro e março poderá ficar em cerca de 15%"

S. Manoukian

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187720?page=1§ion=1)**

Previdência atrai R\$ 12,7 bi em ano de saques em fundos

Adriana Cotias De São Paulo

Num ano em que o setor de fundos de investimentos líquidos registra resgates de R\$ 105,2 bilhões, as carteiras de previdência exibem um raro sinal positivo, com captação de R\$ 12,7 bilhões até 17 de novembro. A seguir esse ritmo, o segmento tem chances de empatar ou até mesmo superar a produção de 2021 e 2022, quando R\$ 13,4 bilhões e R\$ 14,0 bilhões, respectivamente, ingressaram nesses portfólios - em 2019 (R\$ 42,8 bilhões) e em 2020 (R\$ 35,5 bilhões), em meio à reforma das regras do sistema público e na pandemia, havia mais dinamismo.

Os últimos meses de cada exercício costumam atrair boa parte do dinheiro de investidores que buscam o benefício fiscal do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), em que podem reduzir a base de renda tributável em até 12% na declaração anual. Nessa reta final de 2023, outro fator pode contribuir para engordar o bolo da previdência: a nova tributação de fundos exclusivos/restritos fechados, veículos usados pelas famílias ultrarricas para uma maior eficiência tributária.

Como a previdência não tem e não será alvo do "come-cotas" - o imposto semestral que recai sobre fundos multimercados, de renda fixa e cambiais tradicionais -, conforme o projeto de lei que está no Congresso, esse pode ser um dos destinos de parte dos recursos. Na opção pela tabela regressiva, para o investimento de longo prazo, a previdência tem a menor alíquota de Imposto de Renda, de 10% após dez anos. Em oito anos empata com a de veículos com tributação exclusiva, de 15%, caso dos fundos de ações e os próprios exclusivos fechados quando entrar em vigor a nova regra.

A resistência da previdência dentro da indústria de fundos se deve a alguns fatores, segundo lista Rudolf Gschliffner, chefe de produtos da Santander Asset Management. O segmento não sofreu o mesmo efeito das perdas de crédito na primeira metade do ano, após o colapso da Americanas. O investidor que se viu machucado apenas fez a portabilidade para alternativas mais conservadoras. A predominância de estratégias de renda fixa na grade dos bancos - que detêm os maiores volumes da previdência - também ajudou, não houve concorrência de letras e certificados de crédito isentos que se viu nos demais fundos.

Particularmente a partir do terceiro trimestre, o executivo diz que dá para inferir que houve incrementos antecipando a nova tributação dos fundos exclusivos/restritos fechados. "Os exclusivos, com a questão da tributação, foram menos incentivados e esse impacto eventual parece ter acelerado algumas estruturas de previdência na casca de multimercados porque quando se olha para os fundos em geral, o primeiro semestre foi ruim e o último trimestre também", afirma Gschliffner.

Entre julho e outubro, dentro da previdência, os multimercados livres tiveram ingressos líquidos de R\$ 1,9 bilhão, segundo a Anbima. Os fundos de renda fixa crédito livre atraíram R\$ 7,6 bilhões de julho para cá e os indexados receberam R\$ 8,7 bilhões. As carteiras de ações tiveram incremento de R\$ 1,9 bilhão.

As estratégias de renda fixa ativa têm sido um dos destinos para o dinheiro novo que tem chegado para a previdência. Várias instituições criaram produtos com esse perfil, do fim do ano passado para cá, e os gestores têm conseguido surfar na volatilidade de juros reais e nominais.

Os meses de novembro e dezembro, tradicionalmente, trazem novos recursos para os fundos destinados às reservas para a aposentadoria e "a rede está aquecida, usando novos produtos. O discurso em favor da previdência é fortalecido pela questão tributária", afirma Gschliffner. Com a evolução regulatória dos últimos anos, a diferenciação entre estratégias mais voláteis, que cobram taxa de performance, previdenciárias ou não, diminuiu, diz.

Os grandes grupos financeiros, donos do maior estoque de previdência nas suas respectivas seguradoras e gestoras de recursos, são, naturalmente, os que mais sofrem a investida da concorrência via portabilidade - em que o investidor pode migrar sem ter que resgatar e pagar imposto.

No caso da "joint venture" Zurich Santander, até setembro, o escape se limitava a R\$ 155,5 milhões, segundo dados da Susep. "A grade hoje não deixa a desejar, tem oferta de fundos "offshore", multimercados, ações. A melhor defesa é ir para o ataque", diz Gschliffner. Ele conta que as carteiras de renda fixa ativa e multiestratégia captaram R\$ 3,5

bilhões neste ano. A previdência como um todo tinha atraído R\$ 2,3 bilhões líquidos até setembro, ante R\$ 1 bilhão na mesma data no ano passado.

A concorrência se intensificou nos últimos anos e "a guerra da portabilidade continua sendo jogada", diz Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência. "Em algum momento havia mais assimetria na oferta de produtos, hoje ela é menor. As grandes [seguradoras] estão mais equilibradas e cada vez mais se discute os serviços relacionados e a consistência da oferta." Neste ano, prossegue o executivo, os grandes grupos financeiros (Brasilprev, Bradesco, Santander ou Itaú) aparecem como ganhadores em termos de captação líquida, diferentemente de 2021 e 2022, em que seguradoras novatas (ligadas a XP e BTG Pactual, principalmente) roubaram a cena. Na portabilidade, a maioria das instituições da chamada "bancassurance", que tem o próprio balcão, ainda perde recursos para a concorrência, mas em volume menor do que no passado.

A Bradesco chegou a ter saldo negativo de R\$ 6 bilhões e hoje está perto de R\$ 2,5 bilhões. "Quando combina com a captação fora a portabilidade, teve mais de R\$ 5 bilhões no total, o que não acontecia há seis, sete anos", diz Scripilliti. No acumulado de 2022 até outubro, a conta estava no zero a zero.

Num cenário de juros para baixo, o executivo não vê saídas expressivas dos planos dos bancos para as casas independentes na intensidade que se observou nos anos de queda da Selic. "A indústria já buscou diversificação de portfólio ampla, os fundos fora da previdência e os de previdência têm alternativas mais similares do que no passado, o que diminui a pressão", diz Scripilliti. "E o próprio processo de educação financeira permite mostrar os atributos, a flexibilidade de migração sem tributação, gradualmente os especialistas e escritórios têm entendido o valor do instrumento, isso nos blinda de uma migração massiva." Entre os grandes conglomerados financeiros, o que se defendeu melhor foi o Itaú Unibanco, com um valor líquido de portabilidade positivo em R\$ 4,2 bilhões até setembro. No lado da captação dos planos houve ingresso de R\$ 4,6 bilhões, diz Cláudio Sanches, diretor de produtos de investimentos e previdência do banco. Com a arrancada de fim de ano, ele espera fechar 2023 com algo próximo de R\$ 8 bilhões. Será um resultado "muito bom" dado que em 2022 a conta entre entradas e resgates praticamente empatou.

Para esse desempenho, o executivo diz que os escritórios de assessorias de investimentos e os especialistas na rede de agências tiveram um importante papel porque a previdência requer uma

venda mais consultiva. "É uma conversa mais sofisticada, tem a diferença de tributação, precisa olhar para a carteira completa do cliente, se é melhor o P [PGBL] ou o V [VGBL], é uma conversa mais longa", diz.

De imediato, Sanches não prevê incrementos decorrentes da mudança da tributação nos veículos de gestão patrimonial, "não é uma coisa simples falar"vou sair de fundo exclusivo e vou para a previdência". Pode até ser isso, mas a flexibilidade é menor, [o gestor] não pode alavancar ativos no exterior, por exemplo, tem certas limitações".

Ele cita que a previdência está relacionada à economia. No ano passado, em meio às incertezas do que viria depois do processo eleitoral, o investidor não quis se arriscar em aplicações longas. "Começamos a ver a taxa de juros cair, e com a previsão de queda maior, as pessoas olham para o longo prazo", afirma Sanches. "O primeiro semestre foi de muito investimento em DI e agora começa a ter uma mudança de perfil, indo para a renda fixa ativa, num primeiro momento, e mais adiante para multimercados. No ano que vem vamos ver um movimento mais forte de saídas do "CDIzão". Entre as independentes, a XP Vida e Previdência, com um saldo positivo de R\$ 4,2 bilhões na portabilidade, e o BTG Pactual Vida e Previdência, com R\$ 3,7 bilhões, mostram ainda ser rivais incômodos para os grandes grupos com rede de agências.

No BTG, não só o "rouba-monte" fluiu, como também o ingresso de dinheiro novo, com R\$ 3,7 bilhões de captação líquida, segundo Gabriel Escabin, chefe da área de previdência da instituição. Ele conta que desde 2015, quando foi criada, a seguradora nunca teve um mês negativo. Com R\$ 19 bilhões em custódia, o índice de evasão é baixo, inferior a 3%, prossegue.

Uma das táticas de atração e retenção de clientes é que a previdência aparece composta dentro da carteira de investimentos como um todo e a oferta vem casada com muita tecnologia no autosserviço. É possível fazer todo o processo de portabilidade sem auxílio de um assessor. A instituição também privilegia a venda cruzada com o segmento corporativo, uma forma de fidelizar essa base e trazer novos clientes pessoas físicas.

A queda da Selic, diz o executivo, vai impactar a escolha financeira do cliente e isso vale para a previdência. O orçamento do banco para 2024 prevê um ano melhor do que 2023 se desenha, mas isso não quer dizer movimentar o patrimônio do investidor para a previdência por causa de eventuais ganhos tributários em relação aos fundos fechados exclusivos.

Por mais que a regulação dos fundos de previdência tenha evoluído, Escabin diz que ainda há algumas amarras, com limitação de até 40% para investimentos no exterior para o público qualificado e de 20% no varejo. Nos fundos de ações a aderência do produto previdenciário é de 100% em relação às carteiras tradicionais e nas de renda fixa/inflação há vantagem em ter acesso a uma tributação menor se o dinheiro for efetivamente de longo prazo, evitando o comecotas do fundo aberto.

"A rede está aquecida e tem novos produtos. O discurso da previdência é fortalecido pela questão tributária" Rudolf Gschliffner

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187720>

Risco fiscal impõe limite a tom positivo dos mercados

Gabriel Roca, Augusto Decker e Arthur Cagliari De São Paulo

O otimismo demonstrado pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, sobre o processo de desinflação no Brasil deu apoio a uma queda dos juros futuros e a um novo dia de valorização do Ibovespa, que voltou aos 126 mil pontos. Embora tenham sustentado um desempenho positivo, no entanto, os ativos locais encerraram a sessão afastados dos melhores momentos do dia, com o mercado atento à incerteza fiscal derivada de uma piora nas projeções do governo para o déficit primário deste ano.

Em declarações na noite de terça-feira e na manhã de ontem, Campos Neto mostrou otimismo com o cenário de **inflação** no Brasil e apontou que o cenário permite que a Selic continue em processo de queda. Assim, a taxa do DI para janeiro de 2025 caiu de 10,575% para 10,50%; e a do DI para janeiro de 2027 recuou de 10,455% para 10,36%.

"O presidente do BC se mostrou muito "dovish" [suave] - e ele está certo", afirma o profissional de tesouraria de um banco local. Com a **inflação** global já tendo atingido o seu pico e caindo, o executivo acredita que os juros também já chegaram ao seu topo e o próximo passo será a sincronização da política monetária global, com os bancos centrais cortando as taxas em 2024. "Vejo o Brasil como o melhor experimento de laboratório global, dado o que fez com os juros." E foi diante da queda firme dos juros futuros que o Ibovespa encontrou espaço para subir. O índice encerrou o dia com ganho de 0,33%, aos 126.035 pontos. Na máxima, o referencial da bolsa brasileira chegou a 126.875 pontos, mas se distanciou desse nível após o relatório bimestral de receitas e despesas, divulgado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, mostrar uma piora na projeção de déficit primário de 2023.

"Essa questão fiscal pegou hoje [ontem]. E também pode ter havido uma menor entrada do estrangeiro, que vem segurando o mercado aqui, porque é feriado nos Estados Unidos nesta quinta-feira", afirma o chefe de pesquisa da Guide Investimentos, Fernando Siqueira. Para ele, o mercado já pode estar "cansado" após o rali das últimas semanas, que levou o Ibovespa dos 120 mil aos 126 mil pontos.

No câmbio, que sustentava alguma valorização no início do dia, o risco fiscal também teve impacto, mesmo que bastante limitado. Na máxima, o dólar chegou a R\$ 4,9186, mas perdeu força e encerrou cotado a R\$ 4,9016, em alta de 0,07%, no momento em que o desempenho positivo das contas externas mantém o real resiliente.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187720>

Juros elevados no exterior afetam a Selic

Brasília - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que a manutenção de juros elevados por mais tempo no exterior traz maior dificuldade para o processo de queda da Selic no Brasil e apontou que o país precisa fazer sua "lição de casa" para evitar ser afetado por problemas de liquidez, apontando os gastos estruturais como uma questão a ser tratada.

"É óbvio que se você tem um juro mais alto no mundo, esse processo de queda de juros, ele tem uma maior dificuldade, porque ele compete por recursos de países desenvolvidos pagando um juro mais alto", disse Campos Neto durante café da manhã com parlamentares da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, em Brasília.

"O mundo emergente vai ter menos liquidez disponível cumulativamente, isso vai ter um impacto maior a partir do início de 2024. Significa que o mundo emergente tem que fazer melhor o dever de casa. O Brasil é um país emergente e a gente vai precisar fazer melhor o dever de casa, porque se não o problema de liquidez vai afetar o Brasil de uma forma diferente do que afetava no passado", disse.

O presidente da autoridade monetária elogiou ainda o arcabouço fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e aprovado pelo Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que defendeu que ruídos em torno das metas podem trazer custos de credibilidade.

Em um momento em que há setores do governo que defendem rever a meta de zerar o déficit primário no ano que vem, Campos Neto disse que é preciso "perseverar" no arcabouço fiscal.

"Gerar ruídos em relação a metas ou fazer uma meta e depois desacreditar a meta tem um custo de credibilidade muito grande", disse Campos Neto.

Gastos - Em que pese os elogios que fez ao arcabouço, o presidente do BC reafirmou que a questão dos gastos no Brasil é um problema estrutural de longo prazo que deve ser tratado.

"Se a gente não endereçar esse problema do gasto estrutural brasileiro, a gente vai ter uma dívida que vai se distanciar em termos de convergência das dívidas de outros países emergentes e em alguma hora isso vai se transformar em um custo de financiamento mais caro", ressaltou.

Campos Neto reconheceu que a taxa de juros brasileira é alta, mas disse que ela está no patamar necessário para a estabilização do processo inflacionário. Ele reafirmou que a **inflação** está caminhando para dentro da banda da meta do BC, mas que ainda há trabalho a ser feito, ponderado ainda haver espaço para seguir reduzindo a taxa de juros sem que isso impacte na taxa de câmbio.

A volatilidade dos preços globais dos alimentos tende a ser grande daqui para frente, disse o presidente do BC, citando os efeitos de desastres naturais sobre a produção. Sobre a trajetória futura dos preços do petróleo, ele disse que há incerteza em meio aos conflitos geopolíticos, mas ponderou que, até o momento, o mercado da commodity "resistiu bem" às tensões. (Reuters)

Campos Neto propõe reforma administrativa

Brasília - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu ontem que o País avance em algum tipo de reforma administrativa, alertando que retroceder em outras reformas estruturais já realizadas seria um "retrocesso institucional".

Em café da manhã organizado pela Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, em Brasília, Campos Neto apontou que uma reforma administrativa ajudaria a abordar um dos três grandes componentes da dinâmica de gastos do Estado brasileiro, que também inclui previdência e juros da dívida.

"Na parte administrativa, eu entendo que seria importante fazer alguma coisa, ainda que não tenha uma economia imediata", disse Campos Neto. "Eu acho que as reformas têm poder cumulativo no crescimento estrutural do Brasil. Andar para trás nas reformas que foram feitas significa, no final das contas, um retrocesso institucional."

Reformas estruturais que gerem expectativa de redução dos gastos no futuro acabam dando credibilidade ao país no presente, disse Campos Neto. Ele disse ser normal haver questionamentos quando mudanças aprovadas trazem efeitos indesejados, mas apontou que o Brasil tem justamente se destacado por avanços em reformas, mesmo durante a pandemia.

Crédito parcelado - Campos Neto disse que o BC está estudando a questão do crédito parcelado sem juros no cartão e citou a possibilidade de que os juros do

crédito direto ao consumidor (CDC) estejam aumentando como resultado do crescimento do parcelado sem juros.

Ele explicou que esse processo estaria acontecendo para compensar a inadimplência no crédito parcelado sem juros, acrescentando ter um "grande temor" de que o produto esteja inibindo um CDC mais barato.

"O banco transfere custo entre produtos. Se ele tem um produto que tem uma inadimplência alta e que não tem remuneração de juros, pode ser que ele esteja aumentando os juros em outro produto", disse.

Argentina - Campos Neto também comentou a proposta do presidente eleito da Argentina, Javier Milei, de extinguir o banco central de seu país, afirmando que as autoridades monetárias têm funções importantes, como a estabilização da moeda e a regulação do sistema financeiro, e que é difícil imaginar sua eliminação.

Ele disse reconhecer a percepção no país vizinho de que o banco central foi o responsável por degradar a moeda ao ter sido usado como instrumento para financiar o governo e destacou que no Brasil isso não seria possível por causa da autonomia da autoridade monetária. "Acho que o mais importante não é acabar com o banco central e sim ter um banco central que funcione", ressaltou. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Milei promete cortar gasto equivalente a 15% do PIB

O presidente eleito Javier Milei (La Libertad Avanza) afirmou que fará um "ajuste de choque" de 15% do Produto Interno Bruto (**PIB**) argentino. Em entrevista, Milei disse que "2024 tem que terminar com equilíbrio fiscal". O libertário também falou sobre a situação das obras públicas no país. Disse que o governo não tem dinheiro e que as obras "podem ser entregues ao setor privado e concluídas pelo setor privado". Também afirmou que realizará cortes nos gastos públicos, algo que ele prometeu na campanha como parte de um plano de "motosserra" para reduzir os gastos do Estado. "Não há dinheiro. Não há dinheiro", disse Milei ao meio de comunicação local Neura Media. "Se não fizermos um ajuste fiscal, caminharemos para uma hiperinflação. Teremos hiperinflação e teremos 95% de pobreza e 70% ou 80% de sem-tetos."

A Argentina, a segunda maior economia da América do Sul, está lutando contra uma **inflação** anual de 143% e reservas líquidas do banco central estimadas em um saldo negativo de 10 bilhões de dólares. Mais de dois quintos da população está na pobreza e uma recessão se aproxima. Milei derrotou o ministro da Economia peronista, Sergio Massa, no segundo turno das eleições de domingo, em uma reprovação dos eleitores ao governo de centro-esquerda, que muitos culpam por alimentar a crise com gastos elevados, que sustentam milhões de pessoas mas que se mostraram insustentáveis.

O autodenominado anarcocapitalista Milei, que dividiu fortemente a opinião na Argentina e em outros países com planos de dolarizar a economia e fechar o banco central, disse que limitará o tamanho do Estado e teria um equilíbrio fiscal até o final de 2024. "Farei um ajuste de choque e colocarei a economia em equilíbrio fiscal. Como me comprometi a não aumentar **impostos**, isso significa que farei isso cortando gastos", disse ele. Ele acrescentou que isso pode significar meses muito difíceis para o país. "O equilíbrio fiscal não é negociável. O equilíbrio fiscal não está em debate. Eu demitirei o ministro que gastar demais", afirmou.

O futuro presidente, no entanto, assegurou que os mais pobres não serão afetados pelas reformas e que o impacto principal recairá sobre a classe política. "2025 vai ser brilhante, com uma taxa de **inflação** caindo e os salários voando em dólares", garantiu. Economistas consideram que, se implementada

integralmente, a agenda econômica de Milei pode impor uma recessão à Argentina, embora deva colocar o país em uma situação mais sustentável no longo prazo.

A S P Global Ratings avalia que a reformulação do complexo cenário econômico argentino dependerá essencialmente de uma postura política "astuta" combinada com eficiência na comunicação com eleitorado, incluindo a classe média, sindicatos, empresas e movimentos sociais.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/23/11/2023/p1>